

VALTER ISRAEL DA SILVA

CLASSE CAMPONESA

Moço de ser, de viver e de produzir



Instituto Cultural Padre Josimo - Canjotiã - RS

VALTER ISRAEL DA SILVA

CLASSE CAMPONESA

Moço de ser, de viver e de produzir



Instituto Cultural Padre Josimo - Canjota - RS

Copyright c 2014, by Valter Israel da Silva
Revisão: Horácio Martins de Carvalho
Projeto Gráfico e Capa: Gráfica Mariner LTDA
Diagramação: Rafael Rodak (Gráfica Mariner LTDA)
Impressão e acabamento: Gráfica Mariner LTDA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Cultural Padre Josimo
Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir
1ª Edição, Porto Alegre; Padre Josimo 2014.

ISBN
978-85-62395-06-2

A diversidade camponesa e o seu modo de ser, de viver e produzir, Elementos para o debate sobre Campesinato, A lógica da Economia Camponesa, Campesinato é classe, Marx e o Campesinato.

Todos os direitos autorais reservados.

A reprodução do conteúdo desta publicação está autorizada por qualquer meio digital ou reprográfico, solicitando-se apenas a gentileza da citação da fonte.

1ª Edição: Março de 2014

INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO
Av. Farrapos, 88 - 2º piso - Bairro Floresta
CEP 90220-000 - Porto Alegre - RS
Instituto@padrejosimo.com.br
www.padrejosimo.com.br

Sumário

Agradecimentos.....	5
Prefácio:.....	7
Um modo de ser, de vivir y de producir, razón de nuestro existir.....	11
Introdução:.....	15
A diversidade camponesa e o seu modo de ser, de viver e produzir	17
Quem é Camponês?	18
Bibliografia citada:	32
Elementos para o debate sobre Campesinato:.....	35
A agricultura Camponesa e o agronegócio:..	36
O Fim do Campesinato:.....	43
A Metamorfose Camponesa (A Agricultura Familiar):.....	44
O Fim do Fim do Campesinato:.....	48
Em resumo.....	52
Conceitos recuperados e/ou desenvolvidos..	53
Visão Sistêmica do Plano Camponês.....	61
Bibliografia:.....	62

Sumário

A lógica da Economia Camponesa.....	63
Conclusões:.....	76
Bibliografia:.....	79
Campesinato é classe.....	81
Introdução:.....	82
Campesinato é Classe Social?.....	83
As análises sobre as classes sociais:.....	88
Conclusões:.....	89
Bibliografia:.....	90
Marx e o Campesinato.....	91
Objetivos:.....	92
Justificativa:.....	92
O método de Marx:.....	94
Olhar de Marx sobre o campesinato em diferentes momentos históricos e regiões:.....	97
Atualizando a análise sobre o campesinato:.	102
Conclusões:.....	124
Bibliografia.....	126

Agradecimentos

A meu Pai Jorge Israel da Silva (in memorian) e a minha mãe Albina Regina Grigolo da Silva que apesar de todas as dificuldades enfrentadas por uma família camponesa pobre criando 11 filhos, nos deram boa educação a todos/as.

A minha Companheira Ivanira Quevedo da Silva que sempre me apoiou em todos os meus projetos.

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores que me proporcionou conhecer a luta de classes, conhecer o Brasil e principalmente me reconhecer como camponês e me orgulhar de sê-lo.

Ao companheiro Horácio Martins de Carvalho, que muito contribuiu no processo de revisão e qualificação deste trabalho, apoiando com sua experiência e conhecimento histórico e com uma disponibilidade e atenção muito além do esperado;

Ao companheiro Francisco Costa pela brilhante apresentação deste material;

Aos/as companheiros/as que fizeram os comentários da contra capa;

Enfim, a todos e a todas que de alguma forma contribuíram para que este trabalho pudesse ter concretude vai o meu mais sincero

Muito Obrigado!

Prefácio:

Este livro de Valter Israel da Silva nos chega como um foco de luz nesses tempos turvos, nos quais se voltam a propalar teses que aniquilam a diversidade social e estrutural da realidade agrária brasileira¹. Com o duplo, dúbio e poderoso patrocínio de lugares sociais acadêmicos e políticos, essa perspectiva se põe como antevisão de um futuro, e do caminho que a ele leva, em que não há lugar para os camponeses. Seja como gestores de fundamentos técnicos e econômicos essenciais, seja como classe social, nos diversos matizes que marcam a pluralidade territorial brasileira, não haveria papel para esses sujeitos no trajeto de modernização do País. Este estaria traçado unilateralmente pela força do grande capital e as relações latifundiárias que o realiza no rural, sem lugar a apelo.

Em linguagem simples e direta Valter alinhava, com correção, argumentos que oferecem a perspectiva inversa: a de que o futuro do Brasil depende do que se passará com seus 4,5 milhões de estabelecimentos camponeses que abrigam 12 milhões de ocupações, nada menos que 79% do das ocupações rurais em 2006.

○ Brasil será um país mais igualitário, no

¹ Refiro-me a BUAINAIN, A. M., ALVES, E., SILVEIRA, J. M., NAVARRO, Z. (2013). *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*. In: *Revista de Política Agrícola*, junho de 2013 – ano XXII, número 2 [no prelo].

sentido da qualidade de vida das grandes massas, no campo e na cidade, e do seu acesso aos bens públicos, na razão direta do sucesso dos camponeses, como classe em si (que se construa como classe para si), em ampliar e fortalecer, econômica e politicamente, sua presença na sociedade.

Por outra parte, Valter se alinha à noção de que o desenvolvimento do país como um todo será mais consistente em perspectiva econômica se os camponeses tiverem acesso crescente a bens materiais e culturais, em troca de uma produção diversificada e saudável. Como tem se demonstrado em situações históricas relevantes, isso não só atua reformulando os fundamentos do mercado interno como alteram as condições mediante as quais as populações rurais se relacionam com os sistemas urbanos, criando sinergismos que tornam o todo mais eficiente.

O país será mais sustentável, em sentido restrito, que envolve a capacidade reprodutiva das gerações presentes, e em sentido amplo, que abarca as gerações futuras (segurança alimentar no presente e no futuro que, por isso, considera de forma primordial a natureza), se os camponeses elevarem o porte e a qualidade de sua acumulação – não só de capital físico, mas, sobretudo, de conhecimento, saber técnico e gerencial, formal e alternativo. Sobre isso, uma síntese poderia ser formulada, considerando o todo da argumentação: do domínio do conhecimento formal

(codificado e laboratorial) pela cultura camponesa, que tem entranhados conhecimentos tácitos (práticos) voltados para a gestão e adequação da diversidade de recursos dos territórios e orientados à eficiência reprodutiva das famílias, resultarão inovações que fortalecem práticas produtivas condizentes com o sentido mais substantivo da sustentabilidade: eficiência produtiva, equidade social e prudência ecológica.

Dos argumentos trazidos por Valter se depreende, isto posto, que o país poderá ter num campesinato amplo e forte, base para uma reforma social de grande alcance, que venha alterar, enfim, o conteúdo das instituições do Estado no sentido de que abrigue as exigências de um novo tipo de desenvolvimento – sustentável e inclusivo, como se repete em tempos recentes.

Assim sendo, uma inferência do trabalho será a de que a questão agrária continua central para a modernização do país e, nesta, os camponeses, em seu conjunto, continuam, e deverão se constituir cada vez mais, sujeitos centrais para o que virá nas próximas décadas.

Em sua multiplicidade de formas, aliás, poderíamos aduzir: que possam gerir florestas originárias e fazer agricultura e que, nesses exercícios, possam lidar, ao mesmo tempo, com especialização e diversidade – posto que, da gestão dessa

complexidade poderão se definir as novas fases de desenvolvimento rural marcado pelo peso crescente e irrecorrível das questões de mudanças climáticas e sustentabilidade ambiental; que possam gerir a produção com um olho nos mercados presentes e outro no futuro dos filhos, posto que, disso resultará equidade em amplo espectro social; posto que, disso resultará, também, a socialidade ampla e cosmopolita que condicionará o devir das próximas gerações.

O trabalho do Valter, em conclusão, também pela sua condição de formador de consciência, assinala o fato, fundamental, de que a história não tem via única, nem está por terminar no ápice prometido pelo padrão tecnológico mecânico-químico potenciado pelas necessidades do capital industrial e financeiro: há vias alternativas, nas quais os camponeses são protagonistas fundamentais, que deverão ser crescentemente consideradas se não quisermos nos manter na desolação do atraso que nos caracteriza como sociedade.

Francisco de Assis Costa

Belém, julho de 2013

Um modo de ser, de vivir y de producir, razón de nuestro existir

Los profundos sentimientos y el latir tan fuerte de la identidad del campesinado que expresa esta obra de nuestro compañero Valter da Silva serán sin duda un estímulo que animará fuertemente nuestra tenaz lucha por continuar existiendo como un sector de máxima importancia de nuestra sociedad. Las reflexiones políticas de Valter están hechas desde el seno mismo del campesinado y sus formulaciones desde la teoría marxista son una clara muestra de que la evolución y desarrollo de la conciencia política en nuestro movimiento ha continuado evolucionando a pesar de los ataques del capital y el constante despojo de nuestra propia identidad, de la tierra, los bienes de la naturaleza y de lo que ella provee a nuestra clase. Sus observaciones y el análisis que las acompañan tienen una enorme connotación y aportación política a la urgente toma de conciencia que se debe producir en la sociedad en su conjunto de que los ataques a la agricultura campesina y a los territorios de los pueblos indígenas y campesinos no son producto del desarrollo sino de la acción perversa del capital.

Este es un texto que en cada momento nos va entregando elementos que nos instan al análisis político más profundo en nuestras organizaciones en torno a la realidad actual.

Un reto en particular que el libro nos plantea, es profundizar la comprensión de qué significa pensar y analizar en términos de la agricultura familiar. Como bien dice el autor, el dejar de ser campesinos y campesinas y transformarnos en “agricultores familiares”, nos convierte en un sector atrasado frente a la modernización, cuya única posibilidad de sobrevivencia sería especializarnos, integrarnos a la industria y convertirnos en precarios trabajadores y trabajadoras asalariadas, y o en meros consumidores de insumos y tecnología, con el agravante que bajo esta categoría la actividad productiva y el trabajo de nosotras las mujeres se invisibilizan totalmente. Este es uno de los puntos centrales del libro y se refiere a lo que es hoy una de nuestras grandes preocupaciones: cómo el capital no sólo ha logrado aumentar los niveles de explotación de quienes trabajamos en el campo, sino que ha dado una guerra ideológica cuyo resultado es indiferencia o desprecio hacia nuestra labor por amplios sectores de la sociedad, incluso permeando en parte nuestra propia la conciencia.

Sin lugar a dudas, son estos procesos de expansión del capital y de guerra ideológica lo que han alimentado el mito del fin del campesinado. Nos encontramos así, enfrentando procesos que han desembocado en un cambio radical del paisaje y de la agricultura campesina tradicional: por primera vez en la historia de La humanidad la mayor parte de la

población es urbana. Desde el pensamiento dominante se nos dice que esto es un avance a la superación del mal llamado “tradicional atraso campesino”, pero poco o nada se dice de cómo el éxodo ha contribuido al aumento extremos de la pobreza y al hacinamiento que hoy sufre la población con todos los conflictos sociales que esto .

Lo cierto que como señala Valter “el campesinado sigue vivo y cada año gana más visibilidad”. Para hacer más justa, esta afirmación habría que decir que el campesinado sigue vivo y que hoy cuenta con la incorporación activa y en todos los ámbitos de las mujeres del campo organizadas y luchando a la par con nuestros compañeros.

Otra razón de por qué el análisis que nos entrega Valter da Silva es una fuente de inspiración para todos nosotros y nosotras, es que no es una reflexión solamente personal, sino que se enraíza fuertemente en su vida organizacional, tanto dentro del MPA como de la CLOC-Vía Campesina. Sus observaciones y análisis se han alimentado y enriquecido a la vez mediante los grandes esfuerzos y la tenacidad del MPA, de la CLOC y de la Vía Campesina por defender y mantener la identidad campesina y revalorar los sistemas de producción campesinos, definidos bajo una concepción de relación de cuidado y amor con la Madre Tierra, que no solamente nos provee de alimentos sino que nos

conduce a desarrollar de manera ascendente nuestros conocimientos, y elevar espíritu creativo y generador de culturas. Es este acervo de creatividad y sabiduría lo que nos permite, a pesar de las agresiones del agronegocio y la modernidad, dar impulso a una agricultura campesina que como lo bien lo dice Valter, es “altamente diversificada, basados en las familias sociales de las comunidades campesinas que integran la producción ganadera y agrícola (agricultura y silvicultura), que prioriza la producción para el autoconsumo y para el mercado local, que conserva el recursos ambientales estratégicos como el agua y la biodiversidad”.

Francisca Rodrigues

*Dirigente da CONAMURI
e da CLOC Via Campesina*

Introdução

Por muitos anos o tema CAMPESINATO ficou esquecido. As pessoas foram proibidas de se afirmarem como camponesas durante o período da ditadura civil militar brasileira, quando as “Ligas Camponesas” foram duramente reprimidas, tendo seus dirigentes presos, mortos, exilados...

A perda desta identidade política unificadora, fez com que se afirmassem diversas identidades regionais, como frações do campesinato brasileiro.

Nos anos 70 com o advento da chamada “Revolução Verde”, houve todo um processo de propaganda, crédito, assistência técnica, ensino técnico, dias de campo, etc., com o objetivo de “ensinar” os camponeses a serem “modernos”, a assumirem novas técnicas. Este processo fez com que as famílias camponesas fossem perdendo sua identidade e autonomia, tornando-se cada vez mais dependente de crédito, de insumos, de assistência técnica e dos mercados.

O Movimento dos Pequenos Agricultores capitaneia uma retomada dos conceitos de Camponês e de Campesinato, puxando um estudo profundo sobre o campesinato e sobre o modelo de agricultura imposto, o chamado agronegócio, como fase atual da revolução verde. Este estudo foi coordenado inicialmente pelo companheiro Horácio Martins de

Carvalho, sua primeira fase resultou no Livro **O CAMPESINATO NO SÉCULO XXI, possibilidades e condicionantes para o desenvolvimento do campesinato no Brasil** e posteriormente com a coletânea História Social do Campesinato. Para além destes, foram recuperados diversos títulos antigos, que saíram do esquecimento e vários outros autores publicaram textos sobre campesinato no último período, dos quais posso citar: Sergio Gorgen, Eric Saborin, Horacio Martins de Carvalho, entre outros.

Os textos apresentados neste livro são parte dos estudos e debates realizados no seio do Movimento dos Pequenos Agricultores, do qual sou membro, militante e admirador e também parte de estudos pessoais, alimentados por minha identidade camponesa e gosto pessoal pelo tema.

O conteúdo deste livro não tem a pretensão de aprofundar o debate proposto, até porque estamos longe de termos uma teoria sobre o campesinato brasileiro, mas sim, objetiva facilitar o debate reunindo diversos temas sobre o campesinato em uma linguagem simples e direta, ao acesso de todos, com foco especial na militância social.

Brasília, 20 de março de 2013.

O autor.

A diversidade camponesa e o seu modo de ser, de viver e produzir.

Quem é Camponês?

A diversidade camponesa, no Brasil, inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas, os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agro extrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto, os povos de faxinais, ...

Margarida Maria Moura descreve a vida do camponês:

“Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para a sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da Natureza. A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência.”(MOURA, 1988 pág. 9).

Carvalho fala do sistema de policultura-pecuária, de como as famílias camponesas organizam seus sistemas produtivos na busca de autonomia em insumos e certa estabilidade produtiva:

“O sistema tradicional de produção camponês, denominado de “policultura-pecuária” e considerado uma sábia combinação entre diferentes técnicas”, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de produção animal. ... Como afirma Miendas, “toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de uma produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas”. (CARVALHO 2005, pag 28, apud Miendas 1984; 85)

Carvalho nos fala ainda que as famílias camponesas trabalham também pensando nas gerações futuras e que isso orienta a sua organização produtiva e seu nível de investimentos:

“Para além da garantia da

sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido a geração seguinte, garantindo a esta as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., são fortemente orientadas por este objetivo a médio e longo prazo, da sucessão entre gerações.”(CARVALHO, 2005, pag. 29).

Entende-se então que o camponês trabalha com uma diversidade de culturas e criações e tem seus esforços voltados para o bem estar da família e não no lucro, tendo sempre presente as gerações futuras.

Muitos intelectuais tentam, juntamente com a elite latifundiária, combinar a agricultura camponesa

com o chamado agro negócio, de forma a demonstrar que eles (os latifundiários) são quem produzem no Brasil.

Segundo Bernardo Mansano,

“a combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto, a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado; a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado.

A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda

capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho. Essa fragmentação se constituiu com tanta força, que se formaram movimentos de agricultores familiares que aceitam sem muita resistência as políticas construídas tendo como referência o negócio ou o mercado.”(FERNANDES, 2005, pag. 3)

A família camponesa se caracteriza pela garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, extrativista, agrícola e não-agrícola. A produção é desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família, como demonstra Zé Santana no trecho da poesia que segue:

*“...Quando matava um cevado
Ou até mesmo uma criação
Partiam na vizinhança
Com a maior satisfação*

*Trabalhando em adjunto
E aquela animação
Pra limpar o seus roçados
Em forma de mutirão...”
(Zé Santana, 2011).*

Esse sistema tradicional de produção camponês, é considerado “uma sábia combinação entre diferentes técnicas”, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.” Esta diversificação e a cultura camponesa são expressadas no texto:

“Você se lembra daquele tempo?

*Tempo em que para plantar, se usava
da nossa própria semente?*

*Não precisava adubo, porque a terra
era boa e o vovô havia ensinado ao meu pai
que se plantava um tempo e depois deixava a
terra descansar.*

Na colheita anterior, já tínhamos

escolhido as melhores plantas, ainda na lavoura, para colher em separado e guardar as sementes para este plantio. Após alguns anos de utilização da mesma semente, meu pai trocava com amigos de outras comunidades, para não deixar refinar. Isto ele também havia aprendido com o vovô.

Naquele tempo, se produzia de tudo: arroz, feijão, milho, trigo, galinha, porco, vaca de leite, hortaliças, frutos. A despensa sempre tinha as tuias cheias de farinha do moinho colonial, o varal cheio de lingüiça, as latas cheias de banha e de carne de lata, a prateleira com queijo já duro de tão velho.

Não se usava herbicidas, pois as famílias eram numerosas e limpavam suas lavouras através dos mutirões. O Mutirão era uma junção de gente da vizinhança que vinha trabalhar em comum. Neste dia, se matava um capado gordo, fazia comida em panelão para dar conta de toda a turma e geralmente, terminava com um baile. O povo trabalhava muito, mas se divertia, vivia em comunidade, se alimentava de comida saudável, produzida na sua própria terra. Como eram felizes as famílias camponesas!...” (SILVA, ano, pág. 8)

○ fato de produzir respeitando a natureza e

com o foco no bem estar da família, não significa que camponês é pobre e atrasado, como sempre se tentou transmitir. O camponês pode ser muito bem sucedido e acumular bens, desde que esta acumulação seja fruto do seu trabalho e do trabalho da família camponesa e não, fruto da exploração. Segundo Horácio Martins de Carvalho, "*A racionalidade da empresa camponesa*" almeja a melhoria continuada da qualidade de vida da família através de formas de apropriação dos recursos naturais que conviva com a biodiversidade, ainda que mantendo constante o desenvolvimento das forças produtivas para a redução da penosidade do trabalho familiar.

Os camponeses vivenciam as mudanças e as transformações que se dão na formação econômica e social brasileira de maneira crítica, e reconstróem suas concepções de mundo a partir das leituras que fazem da história e do presente. Eles são portadores de esperanças porque eles não destroem a vida, essa natureza biológica da qual fazem parte; são sinalizadores de um projeto de democratização da terra, das águas, dos saberes e de convívio criativo e harmonioso com os recursos naturais porque fazem da unidade familiar de produção fonte de renda e de riqueza que não objetiva uma acumulação impulsiva e destruidora como aquela determinada pelo lucro.

Na contradição capitalismo versus campesinato a dinâmica da reprodução do

capitalismo no campo se torna incompatível e inconciliável com a economia camponesa porque as racionalidades que se movem são intrinsecamente antagônicas.

A acumulação camponesa enseja a melhoria crescente e socialmente determinada da qualidade de vida da família, aqui considerada a qualidade de vida pessoal e familiar e a do trabalho familiar na terra e com a natureza. O limite dessa acumulação camponesa é dado intrinsecamente pelo alcance continuado de melhoria da qualidade de vida, um bem - estar e um melhor - estar crescentes, mas limitados socialmente. Como nessa acumulação não está pressuposto a exploração do trabalho assalariado haverá sempre limites para esta acumulação, diferentemente da acumulação capitalista que tem como pressuposto a exploração crescente do trabalho assalariado, a destruição de seus concorrentes para alcançar situações de monopólio e a exclusão social.

A cultura camponesa é baseada nas relações cotidianas com a natureza, na espiritualidade, no conhecimento empírico amplo, na oralidade e prática, na família e comunidade, em relações de cooperação diversificadas, na mística, na poética e nas danças, alguns costumes tem influências étnicas e em geral, o predomínio é patriarcal.

Os camponesas são o grupo social mais atingido pela pobreza extrema no Brasil, revela estudo

divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Entre as famílias consideradas “extremamente pobres”, 36% tinham como fonte de renda, em 2009, a produção agrícola.

Segundo o IBGE, censo 2005/2006 nos demonstra que 424 mil estabelecimentos declararam obter mais do que 10 smm, o que significa dizer que 8,2% dos estabelecimentos geram 85% do VTPD. Desse total anterior 22 mil estabelecimentos (0,4 % do total) obtém 51, 34% do total do VTPD. Ao mesmo tempo, 3,8 milhões de estabelecimentos (72,96 %) do total, com menos de 2 smm obtém 4% do total do VTPD e formam um contingente de camponeses pobres do Brasil.

O Censo demonstra ainda que no Brasil 2,32 milhões de assalariados rurais temporários e 2,30 milhões de assalariados rurais permanentes. Que são trabalhadores totalmente desprovidos do acesso a terra ou que possuem pouca terra.

Na tabela abaixo podemos ver os números da estrutura fundiária:

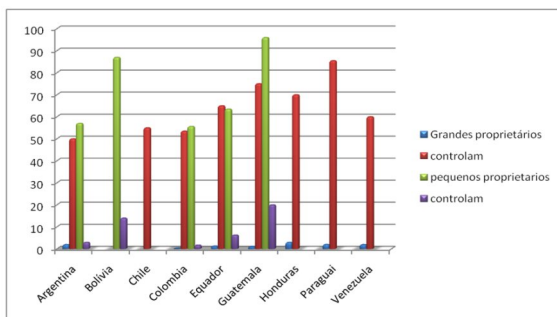
ESTRUTURA POR MÓDULO FISCAL				
CLASSE DE ÁREA	IMÓVEIS ¹		ÁREA ¹	
	número	%	hectares	%
mais de 0 a menos de 1	3.599.896	65%	52.522.320	9%
de 1 a 2 MF	879.683	16%	44.668.512	7%
mais de 2 a 4 MF	490.527	9%	49.372.557	8%
mais de 4 a 10 MF	314.944	6%	77.829.012	13%
mais de 10 a MF	213.456	4%	374.747.116	63%
TOTAL GERAL	5.498.506	100%	599.139.517	100%

Fonte: SNCR/INCRA

Obs. Tabela apresentada pela Ministra de Estado do Meio Ambiente Isabela Teixeira durante a apresentação dos vetos e mudanças no Código Florestal transmitido ao vivo pela TV NBR, no dia 25/05/2012 que pode ser encontrado no link <http://www.youtube.com/watch?v=fGxyLbkLvmU>

Podemos perceber que 65% dos imóveis rurais, o chamado minifúndio, que possui até um módulo fiscal², detêm apenas 9% do total da área, 90% dos imóveis possuem até 4 módulos fiscais, detêm apenas 24% das terras enquanto 4% dos imóveis, que possuem acima de 10 módulos fiscais detêm 63% da área agricultável.

No gráfico abaixo vemos esta mesma realidade da concentração das terras em vários países latino americanos.



Org. Por Valter Israel da Silva com base em Ana Lúcia Nunes e no Censo agropecuário Brasileiro

² Módulo Fiscal: O Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária – INCRA define Módulo Fiscal como Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; Conceito de propriedade familiar.

O Gráfico nos demonstra que o fenômeno da concentração das terras se repete em todos os países, onde um percentual muito pequeno (1 a 2%) das propriedades controlam cerca de 60% das terras.

Com relação ao endividamento agrícola, Gerson Teixeira analisou os dados do CENSO e nos apresenta o que segue:

“Até menos de 10 há: (negrito do autor) 7.1%. Considerando os 371.608 estabelecimentos nesse grupo, com dívidas, tem-se uma dívida média de R\$ 5.1 mil, por estabelecimento; (negrito do autor)

De 1.000 há e mais: (negrito do autor) 33%. Considerando os 9.374 estabelecimentos nesse grupo, com dívidas, tem-se uma dívida média de R\$ 943 mil, por estabelecimento; (negrito do autor)

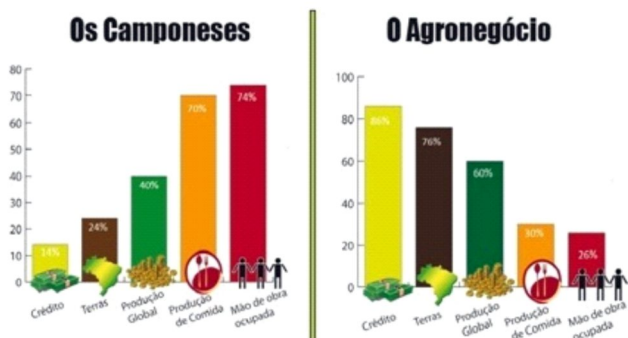
Considerando o valor dos bens nos estabelecimentos, calculado pelo IBGE em R\$ 1.2 trilhões, infere-se sobre o **confortável grau de solvência médio** (negrito do autor) na agropecuária brasileira;

Interessante observar que o grau de solvência é idêntico (2.2%) entre os estabelecimentos com menos de 10 hectares e os de 1.000 hectares e mais.”

(TEIXEIRA, 2009, pag 6).

Outro elemento importante que analisa Teixeira é o aumento do número de propriedade, mas com um volume menor de área.

○ Movimento dos Pequenos Agricultores também apresenta uma análise do Censo através do gráfico que segue:



Movimento dos Pequenos Agricultores

○ Gráfico demonstra que com apenas 14% dos créditos e 24% das terra, o campesinato responde por 40% do PIB agrícola, 70% da produção de alimentos e gera 74% dos empregos no campo.

Por outro lado, o Agronegócio (grandes propriedades) acessa 86% dos créditos, 76% das terras e responde apenas por 60% do PIB agrícola, produz apenas 40% do alimento que vai pra mesa do povo e gera apenas 26% dos empregos no campo.

Este gráfico demonstra com muita clareza a viabilidade da pequena propriedade e portanto, a

viabilidade da agricultura camponesa focada na produção de alimentos e no abastecimento popular.

O Censo do IBGE 2005/2006 apresenta ainda a renda média por há igual a R\$ 368,00 na grande propriedade e R\$ 667,00 na pequena.

Diante destes números o Movimento dos Pequenos Agricultores apresenta uma análise, demonstrando o que seria do Brasil com a realização da reforma agrária, sendo divididas todas as propriedades acima de mil há, (que são 47 mil propriedades) em lotes de 100 há.

Segundo o MPA, seriam criados 2.920 mil novos estabelecimentos agrícolas, quase 3 milhões de novas famílias camponesas. Contando que a agricultura camponesa ocupa 15 pessoas a cada 100 há esta reforma agrária geraria 21.000.000 de empregos, ao invés das 2.400.000 criados hoje pelo agronegócio. Contando que a pequena propriedade gera uma renda média de 667,00 por há, geraria um PIB de 99 bilhões, ao invés dos 53 bilhões gerados hoje. (MPA 2010).

Bibliografia citada

BALZA, Guilherme. 58% dos brasileiros vivem com menos de R\$ 465 por mês, diz Ipea; “não pobres” são minoria. Uol Notícias, São Paulo, 15 de setembro de 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI Possibilidades e Condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil. Editora Vozes, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mansano, Cercas do Latifúndio, Porto Alegre, 2005, consultado em 10/03/2010, disponível em <http://planetaportoalegre.ciranda.net/spip.php?article10405>

MOURA, Margarida Maria, Camponeses, 2ª Edição, São Paulo, Editora Ética S.A., 1988.

MPA, Panfleto da Jornada Nacional de Solidariedade e Soberania Alimentar, 2012, Consultado em janeiro de 2013, disponível em <http://www.mpabrasil.org.br/bibliotecas/nossas-publicacoes/panfleto-da-jornada-de-solidariedade-e-soberania-alimentar>

MPA, Censo Agropecuário 2006, consultado em março de 2013, disponível em <http://www.mpabrasil.org.br/bibliotecas/nossas-publicacoes/censo-agropecuario-2006>

TEIXEIRA, Gerson, O Censo Agropecuário 2006 – Brasil e Regiões, Brasília, 2009. Consultado em

20 / 03 / 2013 , disponível em
<http://www.mst.org.br/node/8335>

SILVA, Valter Israel da, Caminhos da Afirmação
Camponesa, Elementos para um plano Camponês,
Tupanciretã, 2009.

SANTANA, José, Poesia Nossos Pais nos Contaram,
Icó, 2011. Consultada em janeiro de 2012, disponível
em
<http://camponeseosertao.blogspot.com.br/2011/11/nossos-pais-nos-contaram.html>

NUNES, Ana Lúcia, Mapa da concentração da terra
na América Latina. Acessado em 10/09/2012, no
site "A Nova Democracia". Disponível em:
[http://www.anovademocracia.com.br/no-85/3808-
-mapa-da-concentracao-da-terra-na-america-latina](http://www.anovademocracia.com.br/no-85/3808-mapa-da-concentracao-da-terra-na-america-latina)

Elementos para o debate sobre Campesinato

A agricultura Camponesa e o agronegócio:

A agricultura camponesa vem sofrendo uma forte ofensiva ideológica, econômica, nas políticas públicas, etc., o que vem causando uma erosão cultural, levando os camponeses à dependência de insumos externos, de crédito, das multinacionais, do mercado, etc. Isto tem os levado ao endividamento e ao empobrecimento.

Esta concepção de agricultura com base no agronegócio (capitalismo no campo), traz inúmeros problemas às famílias camponesas e às famílias de consumidores urbanos, pelo uso intensivo de mecanização, insumos químicos e venenos, contaminação da terra, água, ar e alimentos, balanço energético e balanço de carbono negativos. Ou seja, gastam mais energia do que produzem e emitem mais carbono do que retiram do ar durante o ciclo produtivo. É certo que ela aumenta a capacidade produtiva por área de terra, mas como consequência aumenta os custos de produção pela importação de energia, diminui a margem de renda das famílias camponesas, tem uma menor necessidade de mão de obra, fazendo com que a juventude não fique na roça e traz problemas ambientais pelo uso de veneno. Dupas nos explica que:

No alvorecer do século XXI, o

paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais.

Mais inquietantes que os perigos nucleares são agora, no entanto, os riscos decorrentes da microbiologia e da genética, com seus graves dilemas éticos e morais. Como equilibrar os benefícios potenciais da genética, da robótica e da nanotecnologia contra o perigo de desencadear um desastre absoluto que comprometa irremediavelmente nossa espécie? Um olhar sobre o século XX, com os imensos saltos da tecnologia e do conhecimento, mas com seus imensos passivos de guerras trágicas, miséria e danos ambientais, faz brotar com força a pergunta central: somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? Ou podemos atribuir parte de nossa infelicidade precisamente à maneira como utilizamos os conhecimentos que possuímos?

As conseqüências negativas do progresso, transformado em discurso hegemônico, acumulam um passivo crescente de riscos graves que podem levar de roldão o imenso esforço de séculos da aventura humana para estruturar um futuro viável e mais justo para as gerações futuras.

(DUPAS, 2006, pag. 11)

Como conseqüência deste modelo de agricultura temos: degradação do meio ambiente, contaminação das águas, ar, terra e alimentos, aumento nos problemas de saúde, piora na qualidade da alimentação no campo e na cidade, aquecimento global, entre outros. De acordo com nota de aula com o professor Henri Acselrad (que trago em forma de poesia em anexo), o meio ambiente é uma questão de escolha. Escolha entre a biodiversidade e a monocultura, a comunidade ribeirinha e a barragem. O que temos percebido é que em geral o capital garante a escolha pelo desenvolvimentismo, sem medir as conseqüências ambientais. Dupas apresenta indicadores destas escolhas:

Na Europa e nos Estados Unidos, por volta de 50% dos lagos e rios estão gravemente poluídos. De todos os ecossistemas mundiais, pelo menos 60% estão sendo explorados de maneira não sustentável,

em processo de degradação que pode ser irreversível em 50 anos. A expansão agrícola de 1945 até 2004 foi superior à soma dos séculos 18 e 19; a destruição ambiental resultante agrava o percentual de plantas, mamíferos, aves e anfíbios em extinção; algumas dessas espécies nem sequer foram catalogadas.(DUPAS, 2007, pag. 1)

Outra questão importante que nos explica Pimentel é a passada ao uso de energia fóssil na produção agrícola. Os insumos a base de petróleo que além de aumentar o custo de produção vão reduzindo a biodiversidade. As famílias camponesas vão se especializando e entrando nos monocultivos. Isto traz para a agricultura problemas de sustentabilidade. Pela diminuição da biodiversidade as plantações ficam mais suscetíveis ao ataque de pragas e doenças e cada vez mais necessitam de maior inserção de insumos externos.

Una vez que comenzó el abastecimiento de derivados de energía fósil, hace más de 200 años, la producción agrícola industrial inició su desarrollo. Aunque los actuales sistemas agrícolas industriales, basados en un alto nivel de aporte de insumos fósiles, son relativamente productivos, su sostenibilidad puede ser cuestionada dado

que los ecosistemas agrícolas a nivel mundial están siendo degradados severamente por la erosión del suelo, la salinización y la contaminación del agua. Los recursos de energía fósil que son esenciales para la fabricación de fertilizantes, plaguicidas, así como para El funcionamiento de la maquinaria agrícola y para impulsar sistemas de riego, no son renovables. Las reservas de petróleo y gas natural se habrán agotado dentro de los próximos 35 a 40 años. (Pimentel y Pimentel, 2005, pag. 1)

As duas concepções de agricultura que aqui se apresentam (apontam para uma dicotomia entre progresso e atraso) têm a ver com o balanço energético das propriedades, por isso vamos comparar a lógica camponesa de produção e a lógica da chamada agricultura familiar.

Trata-se aqui de analisar a quem predominantemente esse progresso serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. Mas, principalmente, é preciso determinar quem escolhe a direção desse progresso e com que objetivos. (DUPAS, 2006, pag. 13).

Com todo o processo de mecanização, especialização e adaptação da agricultura aos monocultivos, nos últimos anos, vem se intensificando um processo de desmonte da cultura e da identidade das famílias camponesas. Para melhor entendermos que identidade é esta, utilizamos o conceito apresentado por Carvalho, como segue:

Camponês é aquele que tem acesso aos Recursos Naturais, seja a posse e/ou o uso da terra, água, florestas, biodiversidade, etc., cujo trabalho está centrado na força da família, embora possa contratar serviços temporário e/ou prestar serviços para terceiros e a centralidade da reprodução social está na família. O que caracteriza uma família camponesa é a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza, a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, extrativista, agrícola e não-agrícola.

A produção é desenvolvida de tal

modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas. (CARVALHO 2005, pag 170)

Os debates sobre o campesinato e o capitalismo no campo apontam contradições e estas por sua vez geram especulações e teorias. Estas especulações se manifestam em três teorias sobre o campesinato: Teoria do fim do Campesinato, Teoria da Metamorfose Camponesa e Teoria do Fim do fim do Campesinato.

“O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade. Esta leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades. A existência do campesinato nas sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido de sua perseverança.”(CARVALHO 2005, pag 23).

○ Fim do Campesinato

Esta tese prevê o fim do campesinato em duas categorias. Uma que perde os meios de produção e se proletariza, ou seja, passa a vender sua força de trabalho mesmo no campo ou indo embora para as cidades. E outra que amplia seu acúmulo nos meios de produção e passa a proletarizar parte daquelas famílias que perderam os meios de produção. A maior parte desta última categoria ficaria dependente de apoios sociais e políticas públicas.

Para CARVALHO,

...na diferenciação pela renda capitalizada da terra, que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalistas e grande parte em assalariados. A outra (...) acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista.

(CARVALHO, 2005, pag. 24)

Como conseqüência da proposta para a agricultura, tendo por base esta teoria, temos o que chamamos de agronegócio com base: no latifúndio, máquinas pesadas, sementes híbridas e transgênicas, uso intensivo de insumos químicos e venenos, produção de commodities para a exportação, problemas ambientais, concentração da renda e da riqueza em detrimento da distribuição da riqueza e renda e da produção de alimentos.

A Metamorfose Camponesa (A Agricultura Familiar)

Esta tese se apresenta como uma espécie de terceira via e diz que a mão de obra familiar não vai desaparecer, mas a forma camponesa sim. Deste modo, o camponês terá que sofrer uma metamorfose e se transformar em um agricultor familiar, ou seja, assumir a tecnologia, se especializar em algum ramo da produção, ser integrado a indústria, etc. e isso é trabalhado em uma dicotomia, onde o camponês é atrasado e o agricultor familiar é moderno, conforme explica Carvalho:

Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de transformação que passa a ser um processo natural do capitalismo. (CARVALHO, 2005, pag. 25).

Desta forma, a agricultura familiar só seria viável através da especialização em alguma forma de produção e pela integração à indústria. Assim, a família camponesa passa a ser mera compradora de insumos e fornecedora de matéria prima. A indústria

passa a ganhar ao fornecer estes insumos e ao processar a matéria prima, agregando valor e colocando no mercado. Todos os riscos do processo de produção ficam por conta da família camponesa e as principais possibilidades de lucro ficam nas mãos das indústrias. No Brasil existem inúmeras indústrias das mais diversas cadeias produtivas operando com esta lógica, entre elas podemos citar a indústria do fumo, do arroz, do leite, do frango, do porco, entre outras.

Este projeto foi introduzido no Brasil nas últimas décadas e reproduz o sistema de agricultura familiar/empresarial da Europa.

As Principais Características desta proposta são: a especialização, o mono cultivo ou mono produção, a tecnologia externa, a integração à indústria, o uso de mão de obra familiar, adubos químicos e venenos, gera dependência da indústria e lucro para as multinacionais.

Este sistema de integração faz com que as famílias camponesas se integrem às indústrias e passam a ser uma espécie de “funcionários” destas indústrias, mas, utilizando os seus meios de produção, correndo todos os riscos e sem direitos a fundo de garantia, décimo terceiro, férias, etc. É um sistema que permite o maior nível de exploração das famílias camponesas pelas indústrias, através da externalização dos custos.

É uma proposta de agricultura industrial, onde

a maioria dos insumos é produzida na indústria, fora da natureza.

Este projeto foi amplamente apoiado pelos últimos governos no Brasil. Foi criado todo um sistema que engloba pesquisa, educação, assistência técnica, política de créditos e uma campanha de desvalorização e ridicularização da lógica camponesa de produção. Isto pode ser percebido através das festas juninas, das músicas¹ e outras formas de expressão da cultura de massa. As escolas preparam a juventude camponesa para as cidades, trazendo debates descolados da realidade, afastando a juventude de sua realidade. O sistema de crédito exige a nota fiscal da compra da semente híbrida e do adubo químico, forçando a família camponesa que buscou apoio no Estado a aderir a esta lógica. A EMBRAPA tem contratos com a Empresa Multinacional Monsanto para pesquisar sementes de soja transgênica e não tem recebido recursos públicos para estudar as sementes crioulas e outras tecnologias camponesas.

Podemos ver o Estado Brasileiro deixando o conhecimento milenar camponês ser apropriado pelas empresas de biotecnologia que fazem modificações genéticas e conquistam patentes sobre aquilo que há milhões de anos o campesinato vem conservando.

Recentemente pudemos perceber uma

¹ Podemos perceber esta questão ao analisarmos as músicas: "Mocinhas da Cidade", que fala que as mocinhas da cidade são bonitas e dançam bem, deixando a entender que as mocinhas do interior são feias dançam mal. "Sinhá Moça" é tão meiga que nem parece nascida neste lugar (na roça).

proposta de reforma agrária privada com especialização e integração à indústria sendo aplicada através de investimentos da empresa Multinacional Brasil Ecodiesel, que levou milhares de famílias para o monocultivo de mamona para a produção de biodiesel. Segundo Maria José da Costa, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores do Piauí, a empresa instalou assentamentos onde 90% das terras era para o plantio de mamona com uso intensivo de máquinas e adubos químicos². Isso levou a uma queda rápida e drástica na produção, o que inviabilizou o assentamento. A empresa se retirou, ficando as famílias com suas casas no meio do terreno árido. A dívida social resultante deste projeto ficou para o Estado Brasileiro resolver.

Também vemos o avanço do monocultivo da cana de açúcar para a produção de etanol e o monocultivo de eucalipto e pinus. O zoneamento agroecológico da cana de açúcar organizado pelo governo Brasileiro no ano de 2009 prevê um aumento de 100% no plantio de cana de açúcar no território brasileiro.

Este projeto para a agricultura (Agricultura Familiar) prevê a permanência de 700 mil famílias no campo no Brasil, segundo José Grasiano de Silva. O problema é que hoje temos cerca de 8 milhões de famílias no campo. Para onde irão estas famílias?

² Informação fornecida verbalmente a este autor em 2008.

O Fim do Fim do Campesinato

Esta tese, em resumo, diz que o campesinato sempre existiu e tem possibilidade de resistência mesmo na sociedade capitalista. Para Gusman & Molina o campesinato encontra formas de cooperação e cria um espaço próprio dentro do capitalismo e por isso resiste. Carvalho nos faz compreender que a manutenção do campesinato interessa inclusive para o capital:

O paradigma do fim do fim do campesinato tem uma leitura mais ampla que o anterior. Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação deste processo, para o seu próprio desenvolvimento. (CARVALHO, 2005, pag. 24)

Carvalho aponta ainda que ao mesmo tempo em que ocorre processos de destruição do campesinato, ocorrem também processos de recriação, dos quais ele cita: "o arrendamento, a compra e a ocupação de terras como formas de recriação do campesinato". (CARVALHO, 2005, pag 24).

Esta tese embasa uma proposta de desenvolvimento e afirmação do campesinato. As Principais Características desta proposta são: a produção diversificada de alimentos para o povo brasileiro em pequenas propriedades com base na agroecologia, utilizando sementes crioulas, adubos verdes e orgânicos, defensivos naturais, maquinas adaptadas às pequenas propriedades, gerando assim um menor custo de produção, usa mão de obra familiar, gera autonomia e vida digna às famílias camponesas;

Através desta proposta, a propriedade camponesa é vista como um sistema complexo e interligado. O Movimento dos Pequenos Agricultores define como sistemas camponeses de produção:

“Sistemas Camponeses de Produção são sistemas de produção altamente diversificados, tendo como base social as famílias das comunidades camponesas que integram produção animal e vegetal (agrícola e florestal), que priorizam a produção para o auto consumo e para o mercado local, que preservam os recursos ambientais estratégicos como: água e biodiversidade, combinam plantios anuais com plantios perenes, utilizam ao máximo insumos de origem local, utilizam os subprodutos de uma produção para a outra e pela diversificação buscam a

sustentabilidade geral do sistema, buscam a autonomia genética e tecnológica e integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegrem o sistema. (MPA 2007, pag, 17) "

Para Görgen 2004, "a agricultura Camponesa prima pela diversificação na produção. Não é monocultora. Combina produção animal com produção vegetal e faz agricultura e criação de animais o ano todo."

Dado o nível de diversificação e o aproveitamento dos subprodutos de uma produção para outra podemos afirmar que são propriedades familiares com perspectiva agroecológica ou em transição para a agroecologia.

Muitas vezes as cooperativas são instrumentos da materialização de uma concepção de agricultura. Se são adeptas da lógica da agricultura familiar e aceitam a tese da metamorfose camponesa, levam as famílias camponesas a se especializarem em uma linha de produção e a ficarem mais dependentes de insumos externos ou seja, trazerem energia de fora. Neste caso a Cooperativa passa a ser fornecedora destes insumos.

Para SILVA (2009) "Estas cooperativas devem ter o foco no desenvolvimento dos sistemas camponeses de produção, respeitando a lógica da

produção diversificada de alimentos com respeito a natureza, podendo ser combinada com a produção de energia.” Com este olhar, o autor coloca em discussão a concepção da organização camponesa e suas conseqüências para o balanço energético do sistema camponês de produção. Se as cooperativas organizam agroindústrias que absorvem apenas uma matéria prima, estas estimulam a especialização das famílias daquela região a produzirem esta matéria prima que tem mercado. Isto leva ao monocultivo ou mono produção. Se ao contrário, tiver agroindústrias que utilizam diversas matérias primas, isto leva as famílias camponesas a diversificarem, pois haverá mercado para diversas matérias primas. Silva (2009) vê “a necessidade de se estruturar uma rede de agroindústrias capazes de transformar um amplo leque de matérias primas e colocar uma cesta de produtos no mercado...” Isto levará as famílias de pequenas propriedades a diversificarem a produção, tendo em vista esta possibilidade de mercado e recuperarem a lógica da produção camponesa e a diminuir a entrada de energia externa ao sistema camponês de produção.

Em resumo

Teses sobre o Campesinato

O fim do Campesinato	Metamorfose Camponesa	Fim do Fim do Campesinato
Agronegócio	Agricultura Familiar Agronegócinho (700 mil famílias no Brasil)	Agricultura Camponesa (8 milhões de famílias no Brasil)
Cadeia produtiva	Grande parte da produção está na lógica da cadeia produtiva, a propriedade é um misto das duas lógicas	Sistemas camponeses de produção
Latifundiários	Family Farmers (Agricultores Famílias)	Camponeses/as
D-M-D"	Mistura a lógica camponesa com a lógica capitalista	M-D-M

Agronegócio	Agricultura Familiar	Agricultura Camponesa
Monocultivos	→	← Diversificação
Latifúndio		← Pequena propriedade
Máquinas pesadas		← Máquinas leves e tração animal
Sementes Híbridas e Transgênicas	→	← Sementes crioulas
Exportação	→	← Abastecimento popular
Mão de obra contratada	→	← Mão de obra família
Fome	→	← alimentos
Multinacionais	→	Povo trabalhador

Conceitos recuperados e/ou desenvolvidos

Alguns conceitos que o Movimento dos Pequenos Agricultores foi recuperando e/ou construindo a partir deste debate:

Camponês:

“Camponês é aquele que tem acesso aos Recursos Naturais, seja a posse e/ou o uso da terra, água, florestas, biodiversidade, etc., cujo trabalho está centrado na força da família, embora possa contratar serviços temporário e/ou prestar serviços para terceiros e a centralidade da reprodução social está na família. O que caracteriza uma família camponesa é a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza, a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, extrativista, agrícola e não-agrícola.”

“A produção é desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas.”

“A diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas, desde camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais, lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas às parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores,

assim como os povos das fronteiras do sul do Brasil. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de Reforma Agrária.” (CARVALHO 2005, 170).

Para melhor compreendermos esta concepção, precisamos analisar melhor qual é o conceito de família camponesa, que em muitos casos, diverge da família biológica. Para Chayanov, família camponesa são as pessoas que comem sempre da mesma panela. Na concepção dos camponeses Franceses (segundo Chayanov apud S. Bleklov), família são aquelas pessoas que vivem debaixo do mesmo teto. Ele resgata ainda a concepção de família de alguns distritos agrícolas dos países Eslovacos, onde é comum encontrar vivendo juntos vários casais de duas ou três gerações, formando uma família patriarcal complexa.

Território Camponês

○ território camponês é um espaço de vida, espaço de produção, disputa de poder e construção do poder popular. É onde fazemos o enfrentamento direto com o Agronegócio.

○ território é estratégico, concreto, nos dá governabilidade social e política, unifica nossa base social. Lá a gente come, lá a gente vive, lá nossos filhos estudam, lá a gente produz, lá a gente enfrenta o agronegócio; (MPA, 2007, pag 20)

É o espaço de afirmação política, cultural e produtiva do campesinato;

Território Camponês não se confunde com município, comunidade, territórios administrativos de governos, etc.

Ele é a expressão da presença da Classe Camponesa e da forma de Vida e de Produção Camponesa nas mais variadas regiões do País.

Elos Vinculantes dos camponeses com o território

O que mantém a família camponesa ligada a uma determinada comunidade não é simplesmente uma questão econômica. Diversos elos o vinculam a uma comunidade, a um movimento, a um grupo social, enfim, a um território.

- Escola na comunidade;
- Agroindústria;
- Banco de sementes;
- Áreas de Lazer, cultura e recreação;
- Grupo de base;
- Celebrações Religiosas e festivas;
- Renda estável;
- Posse da Terra;
- Costumes locais;
- Culinária;
- Tradições populares;
- Relações de vizinhança, compadrio e parentesco;

- História da comunidade e da família;
- Vínculo com os entes queridos;
- Gosto pela vida no campo;
- A amplitude do espaço que proporciona liberdade;
- Convivência com a natureza (pássaros, rios, árvores, animais domésticos, etc);
- O território permite unidade entre as pessoas e gera poder soberano para atuar sobre ele.
- Território e projeto dão unidade política à diversidade camponesa.
- Luta para manter e conquistar território (Reforma Agrária).
(MPA 2007, pag 22)

Elementos para o controle do território

- Valorização do local através dos vínculos afetivos: vizinhança, parentesco;
- Administração direta de nossas experiências produtivas; Acompanhamento técnico e político pelo MPA;
- Organização de Base;
- Comunicação;
- Educação (Escola local voltada para a nossa realidade);
- Soberania Territorial: agrária, genética, econômica, hídrica, energética, cultural,...
- A Família e a comunidade têm o papel

principal na construção da autonomia;

- Autonomia na produção de proteína (milho é produto estratégico);

- Formação de massa, base, militância e de quadros: capaz de afirmar a Identidade Social, uma visão de mundo própria do campesinato, que fortaleça a compreensão de que camponês e capitalista são mundos distintos; que trabalhe valores e princípios coletivos;

- A identidade territorial é também uma opção política;

- Luta por Políticas públicas estruturantes;

- Ações coletivas e Metodologias participativas como meios de construir a unidade política nos territórios camponeses;

- Valorizar as experiências espontâneas que surgirem na base;

- Desenvolver a cooperação nas suas mais variadas formas, mas articuladas através da organicidade política do movimento e que tenham instrumentos de gestão econômica que garantam industrialização, acesso a mercado, tecnologias adequadas, acompanhamento técnico;

- O controle do território não é só geográfico e material, mas, cultural, ideológico, afetivo;

- Terra, água, energia e sementes são as bases materiais para o controle do território;

- Política, ideologia, cultura, religiosidade,

símbolos, festividades, são as bases subjetivas (mentais) para o controle de território.
(MPA 2007, pag 21)

Sistemas Camponeses de Produção

- São sistemas de produção altamente diversificados, que:

- têm como base social as famílias e as comunidades camponesas;

- que integram produção animal e vegetal (agrícola e florestal);

- que priorizam a produção para o auto consumo e para o mercado local;

- que preservam os recursos ambientais estratégicos como: água e biodiversidade;

- que combinam plantios anuais com plantios perenes;

- que utilizam ao máximo insumos de origem local, utilizam os subprodutos de uma produção para a outra e pela diversificação buscam a sustentabilidade geral do sistema;

- que buscam a autonomia genética e tecnológica e integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegram o sistema.

Nossos projetos de agroindústrias devem expressar esta lógica. O Sistema de produção é que deve definir a indústria e não o contrário;

O conceito de sistemas Camponeses de Produção conflita diretamente com o conceito do Agronegócio, de Cadeia Produtiva. (MPA 2007, pag 17)

Alimergia

Alimergia é um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura desenvolver formatos produtivos que integrem de maneira sinérgica (as energias dos vários tipos de produção se alimentam entre si) a produção de alimentos e de energia com preservação ambiental. A alimergia visa a soberania alimentar e energética das comunidades, dos territórios e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais. No entanto, isso só será possível através de sistemas agrícolas de base ecológica, de modo especial a Agroecologia, o que implica em sistemas complexos de policultivos.

Mas alimergia não é só um novo conceito, procurando unir, em um processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É um novo paradigma (jeito de ver o mundo), necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas que a comunidade humana e a sobrevivência da vida da biosfera colocam em termos energéticos, alimentares e ambientais, para o presente e, dramaticamente, para a construção do futuro. (GORGEN, 2008, pag 34)

Visão Sistêmica do Plano Camponês

Nossa Estratégia passa pela afirmação Camponesa e esta passa por vários eixos que compõem o Plano Camponês. Abaixo temos uma visão sistêmica do que defendemos:

Plano Camponês	Produção	Sistemas Camp. de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.
		Agro indústrias	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados
		Desenhos Organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, grupos de consumidores
	Educação Formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local
		universidade informal	nossa realidade, acesso aos camponeses
	Vida de Qualidade	reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.	
		moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima, párol, local de trabalho, ...
		esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.
	Comunidade Camponesa	cultura	teatro, musica, capoeira, mutirão, partilha, alimentos, conhecimentos novos,...
		lazer	festas, bailes, torneios, encontros,
		saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional, etc.
		Elos Unific. Resistência	alguma estrutura comunitária escola na comunidade
		Fator de Resistência	troca de dias de trabalho, mutirões
	Alimentar	comida é local, vinculada a cultura, modo de vida	produzir de tudo um pouco
			sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental
			Produção, controle e auto consumo de energia
	Energética	Mudança na matriz energética	
			Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.
	Soberania	Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas
			Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento
		Divulgar as experiências já existentes	
		Recuperar nossas nascentes	
Hídrica	Implementar técnicas de coleta e armaz. de água		
	Desenvolver pequenos sistemas de irrigação		
	Recuperar as matas ciliar		
Territorial	Material e Imaterial	espaço de vida	
		espaço produção	
		espaço disputa	
Contradições	Multinacionais		
	Latifundiários		
	Agronegócio	Estado Brasileiro	

(SILVA, 2009, pag. 54)

Bibliografia

CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI Possibilidades e Condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil. Editora Vozes, 2005.

DUPAS, Gilberto, O Mito do Progresso, Editora da UNESP, 2006.

DUPAS, Gilberto, Artigo: O mundo começou e acabará sem o Homem. Folha de São Paulo, 30 de janeiro de 2007.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Os novos desafios da agricultura camponesa, 2004.

GUZMÁN, Eduardo, S.; MOLINA, Manuel, G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 3ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

MPA, PLANO CAMPONÊS. Construindo o Novo Caminho da Roça, 2007

PIMENTEL, David y PIMENTEL Márcia, El uso de La energia em La agricultura uma visão general. Consultado em 15 de janeiro de 2009, disponível em <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/latin-america/energia-en-la-finca/el-uso-de-la-energia-en-la-agricultura-una-vision>

SILVA, Valter Israel da. Caminhos da Afirmação Camponesa Elementos para um plano camponês, Instituto Cultural Padre Josimo, 2009

GÖRGEN, Sérgio,(org), A agricultura Camponesa e as Energias Renováveis, Porto Alegre, ICPJ, 2008.

A lógica da Economia Camponesa

"...el limite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia."

Alexander V. Chayanov

A mais de um século teses sobre o fim do campesinato, sobre sua adaptação e sua permanência vêm sendo formuladas. O certo é que mesmo com as análises de economistas demonstrando a inviabilidade econômica da unidade de produção camponesa, o Campesinato permanece vivo e a cada ano ganhando mais visibilidade.

Esta divergência entre a análise e a realidade se dá por conta de que analisam o campesinato e a unidade econômica camponesa na lógica capitalista e não na lógica camponesa.

Para Carvalho o campesinato se caracteriza por um modo de ser e de viver, não capitalista, embora inserido na economia capitalista. Em suas palavras:

"O Campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que

lhes são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista.”(CARVALHO, 2005, pag 171)

Marx apresenta a diferença entre a circulação simples de mercadorias e a circulação de dinheiro como capital. Na primeira temos a venda de mercadorias para conseguir dinheiro e comprar as mercadorias de que se necessita, ou seja, a busca por satisfazer necessidades. Na segunda se utiliza dinheiro para comprar mercadorias (força de trabalho, máquinas e matéria prima), para inseri-los no processo de produção e vender esta mercadoria transformada para obter mais dinheiro, ou seja, buscar lucro. Em outras palavras, na circulação simples de mercadorias a lógica é “vender para comprar”. Na circulação de dinheiro como capital a lógica é “comprar para vender”. Nas palavras do próprio Marx:

“Em cada uno de los movimientos, mercancía – dinero – mercancía y dinero – mercancía – dinero, se presentan cara a cara dos elementos materiales idénticos: La mercancía y el dinero. Pero mientras que el primer movimiento – La circulación simple de las mercancías principia por La venta y acaba por La compra, el segundo – La circulación Del dinero como capital – empieza por La compra y termina por La venta. (MARX 2004 pag. 41)

A lógica camponesa é na busca de atender as necessidades da família, com base na circulação simples de mercadorias enquanto a lógica capitalista é na busca do lucro. Estas duas lógicas podem ser demonstradas pelas seguintes fórmulas:

M-D-M e D-M-D"

Para melhor compreendermos esta concepção, precisamos analisar melhor qual é o conceito de família camponesa, que em muitos casos, diverge da família biológica. Para Chayanov, família camponesa são as pessoas que comem sempre na mesma panela. Na concepção dos camponeses Franceses (segundo Chayanov apud S. Bleklov), família são aquelas pessoas que vivem debaixo do mesmo teto. Ele resgata ainda a concepção de família de alguns distritos agrícolas países Eslavos, onde é comum encontrar vivendo juntos vários casais de duas ou três gerações, formando uma família patriarcal complexa.

Para Chayanov o cálculo econômico de uma unidade econômica capitalista pode ser expressado pela seguinte fórmula: $IB-(GM+S)=BL$ (IB= Ingresso Bruto, GM= Gastos em maquinários e matéria prima, S= Salários e BL= Benefício Líquido). Chayanov ainda explica que esta fórmula pode ser aplicada a unidade capitalista porque todos os seus elementos utilizam a mesma unidade de valor, ou seja, dinheiro para pagar as máquinas e matéria prima e dinheiro para pagar a

força de trabalho. No caso da unidade econômica camponesa não se aplica a unidade salário, pois as famílias camponesas percebem o “excedente” como uma retribuição a seu próprio trabalho e não como “lucro”. “Esta retribuição aparece corporizada no consumo familiar em bens e serviços”. Assim sendo, a fórmula utilizada na unidade econômica camponesa é $IB-GM=BL$.

Imaginemos uma lavoura de milho que produz 100 sacas por há. O preço do milho na época da colheita gira em torno de R\$ 14,50. Assim, temos um Ingresso Bruto (IB) de R\$ 1.450,00. Se considerarmos um gasto com máquinas e matérias primas em torno de R\$ 1.000,00 e um custo com salários a R\$ 40,00 por dia e consideraremos que uma pessoa gasta 5 dias em torno desta lavoura temos um custo total em salários de R\$ 200,00.

Deste modo podemos fazer um cálculo de resultado econômico de uma produção na lógica capitalista e na lógica camponesa:

Unidade Capitalista	Unidade Camponesa
Ingresso Bruto =	Ingresso Bruto =
1.450,00	1.450,00
Egressos:	Egressos:
Gastos com máquinas e	Gastos com máquinas e
Matérias primas =	Matérias primas =
1.000,00	<u>1.000,00</u>
Salários =	Ingresso Líquido =
200,00	450,00
Ingresso Líquido =	
250,00	

Para a unidade capitalista temos um exemplo de colheita proveitosa, pois gera lucro. Para a unidade camponesa esta colheita é proveitosa se não houver outras possibilidades de garantir o orçamento do consumo com maior remuneração da força de trabalho.

Agora vamos supor que baixou os preços dos produtos, diminuindo o ingresso bruto da colheita.

Unidade Capitalista	Unidade Camponesa
Ingresso Bruto =	Ingresso Bruto =
1.100,00	1.100,00
Egressos:	Egressos:
Gastos com máquinas e	Gastos com máquinas e
Matérias primas = 1.000,00	Matérias primas = <u>1.000,00</u>
Salários = <u>200,00</u>	
Ingresso Líquido = -100,00	Ingresso Líquido = 100,00

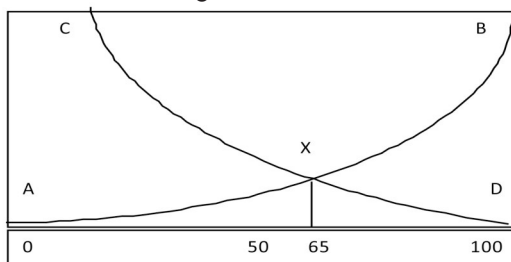
Como vemos a unidade capitalista teria um prejuízo de R\$ 100,00, enquanto a unidade camponesa teria uma retribuição da força de trabalho equivalente a R\$ 100,00. Ou seja, a unidade camponesa poderia continuar cultivando esta mesma cultura com uma pequena retribuição a sua força de trabalho, a menos que houvesse outras possibilidades que ampliasse esta retribuição.

O capital se aproveita desta lógica da economia camponesa para ampliar sua exploração sobre o campesinato. Na racionalidade capitalista se naturaliza, se consente e se admite que riqueza não é gerada por trabalho, por isso a categoria trabalho é

organizada por outra categoria externa a ela. Na racionalidade camponesa trabalho = riqueza, portanto são indissociáveis, por isso o ingresso líquido será a riqueza gerada do trabalho e portanto apropriada pelo trabalhador. Diferente do ingresso líquido do capitalista que é a riqueza apropriada do trabalho alheio.

A lógica camponesa trabalha com um limite natural de produção. Para Chayanov este limite é determinado pela intensidade do trabalho anual da família e pelo grau de satisfação das necessidades. A família camponesa trabalha com um nível de necessidades consideradas indispensáveis ampliando para necessidades consideradas supérfluas. Para atender um determinado nível de necessidades utiliza um nível de intensificação do trabalho familiar. Para ampliar este nível de necessidades precisa ampliar mais a intensidade do trabalho e isso é feito até chegar a um ponto onde se acredita que este aumento da intensidade de trabalho passe a ser desvantajosa.

Esta afirmação pode ser representada graficamente como segue:



A curva AB indica o grau de fadiga, ou seja, o nível de intensidade do trabalho da família e como ele precisa aumentar para adquirir mais dinheiro e conseguir atender a mais necessidades. A fadiga para conquistar dinheiro suficiente para atender algumas necessidades fundamentais é pequena, conforme ampliamos o leque de necessidades mais alto fica o nível da fadiga. A curva CD indica as necessidades da família. O ponto X demonstra o ponto de equilíbrio, até onde se faz necessário ampliar a intensidade do trabalho para atender as necessidades básicas e de onde isto passa a ser desvantajoso. Se o preço da produção aumenta, a família camponesa consegue atender mais necessidades, antes consideradas supérfluas, com a mesma intensidade do trabalho, assim a curva muda.

Chayanov considera importante na análise da família camponesa a relação força de trabalho x consumo, ou seja, o número de bocas para alimentar e o número de braços para produzir a satisfação das necessidades. Por isso conforme o número de filhos e as suas idades para o trabalho agrícola iam aumentando, a busca da satisfação das necessidades ia sendo menos penosa. Isto se entende quando um jovem casal começa sua vida na roça. No início são os dois pra todas as atividades e com uma fadiga alta, à medida que os filhos vão se incorporando nos trabalhos modificam-se as curvas e gráficos. E

certamente poderá faltar terra para todos, então começarão novas unidades camponesas. Esta questão demográfica da família camponesa também influencia no tamanho e no nível de produção da unidade.

Francisco A. Costa parte desta lógica para estabelecer uma fórmula de análise da eficiência reprodutiva da Unidade Camponesa. Para isto ele estabelece a capacidade total de trabalho da família H_t , estabelece as necessidades a serem atendidas, ou seja, o orçamento familiar, que traduz como H_e e também o nível de trabalho efetivamente realizado, ou seja o nível de fadiga H_r . Com base nisto estabelece a fórmula para calcular o nível de eficiência da unidade camponesa, que varia de zero a um. A fórmula é a relação entre o trabalho realizado e os recursos obtidos, ou seja, o orçamento. Como segue:

H_e

___ = h, onde h é a eficiência da unidade camponesa.

H_r

Se considerarmos uma determinada atividade, a variação da produtividade, dos preços, do custo com insumos, etc., podemos perceber que esta eficiência é bem variável. Uma baixa eficiência da unidade camponesa traz como conseqüência a necessidade de ampliar a intensidade do trabalho ou de baixar o nível de consumo, ou seja, deixar de atender algumas necessidades, a esta variação,

Francisco Costa chama de tensão reprodutiva. Por isso é preciso amenizar ao máximo as variações do nível de eficiência. Esta variação na eficiência (h) e as condições que determinam o trabalho efetivamente realizado (Hr) produzem um estado de incerteza. A diversificação da propriedade é elemento de autonomia em relação aos mercados, tanto na compra de insumos como de alimentos, é elemento de equilíbrio ambiental e é o elemento que pode diminuir esta variação da eficiência. Nas palavras do próprio Francisco A. Costa:

“A prevenção de variações exige que as unidades camponesas controlem a variância de sua eficiência reprodutiva no tempo. Por isso, a diversificação é um componente inerente à perspectiva de eficiência reprodutiva – tornando-se um dos traços de natureza (nem sempre manifesto) da economia camponesa.”(CARVALHO 2005, apud Francisco A. Costa, pag. 188)

Em muitas situações as famílias camponesas utilizam como tática de resistência, para amenizar a tensão reprodutiva, encaminhar algum membro da família para atuar fora da propriedade, em ocupações não agrícolas, buscando assim ampliar a renda da família. É importante ressaltar que esta é uma estratégia de resistência e não um projeto para o

desenvolvimento da Agricultura Camponesa, como se tenta apresentar no Brasil.

Outro elemento muito importante a ser considerado ao analisar a unidade econômica camponesa é o chamado horizonte das gerações. Para Carvalho, as estratégias utilizadas, os investimentos, as associações, o nível de intensidade do trabalho, etc., são pensados com o objetivo de garantir a sobrevivência das gerações futuras. Em suas palavras:

“Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido a geração seguinte, garantindo a esta as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., são

fortemente orientadas por este objetivo a médio e longo prazo, da sucessão entre gerações.”(CARVALHO, 2005, pag. 29).

Para garantir a sobrevivência o campesinato lança mão de várias estratégias. Assim como esta questão do horizonte das gerações, as famílias camponesas também colocam em sua estratégia a garantia de condições em algum momento de doença na família e também para a velhice. Para isso, planeja a produção para cumprir duas funções, caracterizando-se em dois horizontes:

→“Produção de Manutenção” produção que garante sua sobrevivência no dia a dia, pensada para suprir as necessidades correntes (custeio).

→“Produção de Reserva”. A produção de reserva pode ser dividida nos seguintes grupos:

- Reserva para Crise: pode ser de curto ou em longo prazo e pode ser no sentido de garantir alimentação (animal ou humana) ou reserva financeira. É uma forma de passar períodos de crise provocados por baixa nos preços, por escassez de alimentação, por intempéries, etc.

- Reserva de Salto: é uma reserva feita de modo a acumular condição para dar um salto, seja na melhoria das condições de consumo ou seja redução da intensidade do trabalho. Esta reserva pode ser utilizada para comprar uma máquina, um trator, um

automóvel, pagar o estudo para os filhos, fazer uma viagem, etc.

- Reserva para velhice: é uma forma de acumular condições para a velhice, de modo a poder diminuir a intensidade do trabalho com o passar dos anos.

- Reserva para herança: é aquela reserva pensada para deixar de herança para as gerações seguintes.

A produção de reserva se materializa em especial na produção de animais (gado na maior parte do país e bode no Nordeste), o plantio de árvores para madeira, na compra de um pedaço a mais de terra, etc.

Estes dois horizontes para a produção estão subentendidos na organização da produção e fazem parte da estratégia da família camponesa. Ao definir intuitivamente o ponto de acomodação entre o nível de necessidades a serem atendidas e o nível de fadiga (intensidade do trabalho), a família camponesa já considera a questão da reserva.

Conclusões

A Unidade Econômica Camponesa se move de acordo com sua capacidade de trabalho e as necessidades da família. Tem um modo de ser, de viver e de produzir próprios do campesinato, portanto é um modo não capitalista, embora inserido na economia capitalista.

A família camponesa é diferente da família biológica e se baseia nas pessoas que comem da mesma panela e dormem sobre o mesmo teto, podendo ser composta por vários casais de diferentes gerações.

A Unidade Econômica Camponesa tem um limite produtivo natural tendo seu nível máximo estabelecido pela capacidade total de trabalho no seu nível máximo de intensidade e o seu limite mínimo estabelecido pelas necessidades mais básicas de existência. Um nível considerado suficiente de necessidades atendidas, com um nível razoável de intensidade de trabalho estabelece um ponto de acomodação, ou seja, nem todas as necessidades são atendidas e nem toda a capacidade de trabalho é utilizada, pois deve sobrar uma margem de liberdade para esporte, cultura e lazer.

Muitas vezes um membro da família sai para trabalhar fora da propriedade, em ocupações não agrícolas, como forma de resistência. Intelectuais

brasileiros tentam apresentar esta estratégia de resistência camponesa como estratégia para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

A lógica camponesa é baseada na circulação simples de mercadorias, ou seja, as famílias camponesas vendem sua produção para comprar aquilo que necessitam, ou seja, vender para comprar, enquanto a lógica capitalista é de comprar para vender e obter lucro.

A produção camponesa pode ser apresentada de duas formas: a produção de manutenção e a produção de reserva. O nível de intensidade da força de trabalho da família é delimitado pela força de trabalho necessária para atender as necessidades de manutenção da família e dos meios de produção e por outro lado pelo nível de reserva que estabeleceu produzir. Assim, ao compararmos duas famílias que utilizam níveis diferentes de intensidade do trabalho, comumente definimos que uma é trabalhadora e outra é “preguiçosa”. Isto depende do nível de necessidades que cada família considera indispensável que sejam atendidas, do nível de produção de reserva considerado necessário e ainda do nível de condições que cada família estabeleceu deixar para a geração seguinte.

A eficiência da unidade camponesa se dá pela relação entre o trabalho efetivamente realizado e as necessidades atendidas. Esta eficiência apresenta

variações que produzem um estado de incertezas. Para minimizar esta variação de eficiência as famílias camponesas apostam na diversificação, buscando garantir a produção de manutenção e a produção de reserva correndo menos riscos.

Bibliografia

CARVALHO, Horácio Martins de, O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e Condicionantes do desenvolvimento do Campesinato no Brasil, Editora Vozes, 2005.

CHAYANOV, Alexander V., La Organización de La unidad econômica campesina, Ediciones Nueva Vision, Buenos Aires, 1974.

MARX Carlos, El Capital, Editorial Union LTDA, Bogotá, 2004.

Campesinato é classe

Introdução

Vivemos um período, a partir de estudos e debates articulados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, que tomou amplitude no âmbito da academia e de outras organizações camponesas nacionais e internacionais, de afirmação da identidade e da cultura camponesa. Neste contexto, encontramos literatura, estudos e expoentes que apóiam esta afirmação e que a contestam.

Leituras dogmáticas do marxismo vêem o campesinato como “um saco de batatas” mesmo depois das experiências do México, Rússia, China, Vietnã do Norte, Argélia e Cuba, que tiveram revoluções com forte participação camponesa.

Horácio Martins de Carvalho fala de uma “pinça” que comprimi o campesinato: por um lado o pensamento da direita na busca da exploração capitalista que se impõe sobre a natureza e sobre o campesinato e por outro lado a indiferença e o pensamento de parte da esquerda marxista dogmática, que apenas vislumbra a lógica do agronegócio para a produção rural.

Por isso discutir o caráter de classe do campesinato neste momento têm importância para a própria afirmação camponesa, na relação com a esquerda brasileira, trás influências na construção interna do MPA, na sua relação com setores do governo e com políticas públicas e também nas relações com outras organizações do campo, tanto nacionais como internacionais.

Campesinato é Classe Social?

Para respondermos esta pergunta precisamos inicialmente reunir elementos conceituais sobre: com que definição de campesinato estamos trabalhando, quais os critérios que definem uma classe social, que elementos históricos e conjunturais apontam para conclusões sobre o caráter ou não de classe do campesinato no atual período histórico.

Que critérios definem uma classe social?

Uma questão importante para buscarmos a resposta a pergunta que dá nome a este artigo é: o que define uma classe social. Para Ronaldo dos Santos Silva, Marx utiliza quatro critérios para definir as classes sociais. Condição econômica, modo de vida, seus interesses e sua cultura.

“Constata-se, portanto, que os critérios utilizados por Marx para definir a classe camponesa são: (1) suas condições econômicas diferenciadas do restante da população; (2) seu modo de vida; (3) seus interesses e (4) sua cultura. Em escritos posteriores Marx irá esclarecer que dentre as condições econômicas diferenciadas destaca-se, como definidor de classe, o papel do grupo social no processo de produção.”(Ronaldo dos Santos Silva, 2008, pag 3)

Para Mauro Luis Iasi podemos encontrar vários momentos da obra de Marx que trazem elementos que permitem levantar seus critérios para definir classes sociais. Entre os principais Iasi ressalta:

"1 – Classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção; 2 – Pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase que generalizado como único); 3- Pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe; 4- Pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social" (IASI, 2007, pag 107).

Em outra passagem, Iasi demonstra que:

"Marx vê as classes como sujeitos das alterações históricas, como mediações históricas das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade." (IASI, 2007, pag 110).

O próprio Marx em o 18 Brumário de Luiz Bonaparte, ao analisar os camponeses franceses da época de 1850, nos dá dicas de como ele (Marx) defini o que é classe:

"Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de

existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe.” (MARX, 2008, pag. 325).

É importante diferenciar ainda : 1) Origem de classe, 2) Condição de classe e 3) Posição de classe, ou seja, uma pessoa pode ter origem em uma determinada classe, ter, durante sua vida mudado de condição e hoje estar vivendo em outra condição de classe, mas pode ainda ter uma posição de classe distinta. Muitas vezes misturamos estes conceitos.

Classe em si e classe para si:

Para Lenin a classe social:

“É o que permite a uma parte da sociedade se apropriar do trabalho da outra. Se uma parte da sociedade se apropria de toda a terra, temos a classe dos latifundiários e a dos camponeses. Se uma parte da sociedade possui as fábricas, as ações e os capitais, enquanto a outra trabalha nestas fábricas, temos a classe dos capitalistas e a dos proletários” (LENIN 1920, pag. 21)

No texto acima Lenin descreve as classes em si. Pela condição que estão inseridas no modo de

produção, elas têm diferenças entre si e existem. Elas são classes sociais diferentes e divergentes, mesmo que não tenham consciência disso.

A definição de classe para si depende de compreender a exploração capitalista e organizar-se para enfrentá-la, portanto depende da consciência de classe. Além de pertencer a uma determinada classe (condição de classe), o sujeito, ser humano, se reconhece como pertencente aquela determinada classe e se organiza para defendê-la e enfrentar a classe antagônica (posição de classe). A este enfrentamento chamamos luta de classes.

Por outro lado, há os que dizem que classe social é classe organizada e em luta. Desta forma o volume da organização e de enfrentamento feito pelo campesinato não o constituiria em uma classe. Neste caso fica a pergunta: nos dias de hoje, a organização e o enfrentamento realizado pelo proletariado o configura como classe?

A classe camponesa:

“O camponês é uma classe porque está imerso em uma intencionalidade, um processo, um projeto. Como tal, ou responde aos interesses da classe burguesa, ou integra, como no nosso caso – MPA – o campo dos que vivem do trabalho, retomam seu sentido e projetam sua emancipação. O camponês é uma classe

porque, ao tomar consciência de e para a luta, sabe que o que tem não é a manifestação, nem do que se quer, nem do que se pode ter. e para tanto necessita organizar, produzir, lutar para a consolidação do poder popular". (Roberta Traspadini)¹

O campesinato está inserido de maneira diferenciada nas relações de produção, pois é o dono ou tem acesso aos meios de produção e também é o sujeito que realiza o trabalho. Tem uma cultura, um modo de vida próprio. Tem projeto próprio, que no Movimento dos Pequenos Agricultores pode ser sintetizado no Plano Camponês e no conjunto da Via Campesina na Soberania Alimentar. Tem uma organização política em nível nacional e internacional, materializada nos movimentos sociais do campo e na Via Campesina. Vive uma contradição de interesses direta com o agronegócio. Neste momento histórico parte significativa do campesinato tem consciência política desta contradição e transforma esta consciência em ação concreta na defesa dos seus interesses.

¹ Resposta obtida por e-mail à pergunta: Campesinato é classe?

As análises sobre as classes sociais

Vivenciamos diversos olhares sobre as classes sociais, posições e concepções diferentes. Para alguns marxistas dogmáticos, vale a análise apresentada por Marx no 18 Brumário de Luiz Bonaparte, onde ele analisa o campesinato Francês, por ter apoiado Luiz Bonaparte. O campesinato francês via na recente burguesia, que se afirmava com a revolução burguesa na França, a ampliação do nível de exploração camponesa e portanto, via em Luiz Bonaparte uma espécie de salvador da pátria. Marx faz uma análise que o campesinato tem uma posição reacionária e que era desorganizado, era como *“um saco de batatas”*. Esta análise é transferida pra hoje, desconsiderando a organização do campesinato nos Movimentos Sociais do Campo, sua articulação internacional na Via Campesina, seu enfrentamento ao Agronegócio, os conflitos por terra e território, etc.

Já com relação ao proletariado, Marx o apresenta como *“o coveiro do capitalismo”* e mesmo com a fragmentação das organizações urbanas, com o controle do capital sobre o trabalho, com a dificuldade de os trabalhadores urbanos se organizarem no enfrentamento sob pena da perda do emprego e das condições de manutenção de suas famílias, alguns Marxistas dogmáticos seguem fazendo a mesma análise. Dizem que o proletariado

faz aquilo que ele deveria fazer (força potencial) e negam o que o campesinato faz o que vem fazendo e também a sua força potencial.

Assim, os que se dizem Marxistas, por se reportarem a sua análise de maneira estática, negam o método do próprio Marx, o materialismo histórico dialético, fazendo uma análise a-histórica.

Conclusões

Após analisar os elementos acima expostos, concluo que o campesinato é Classe em Sí e vem se constituindo, no último período histórico em Classe para si. Classe em sí tendo em vista que: existe, sua situação econômica é diferenciada, pois ao mesmo tempo é o sujeito que realiza o trabalho e é dono ou tem acesso aos meios de produção, tem uma cultura, um modo de vida próprio e está inserido em uma contradição de interesses com o agronegócio. Esta se constituindo em Classe para si por ter um projeto próprio (interesse), ter um papel no processo de produção que é o de produzir comida para alimentar o povo, tem uma organização política nos níveis nacional e internacional (Movimentos Sociais e Via Campesina), tem consciência das contradições e tem ação concreta em defesa de seus interesses.

Bibliografia

CARVALHO, Horácio Martins de. O Camponato no Século XXI Possibilidades e Condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil. Editora Vozes, 2005.

CHAYANOV, Alexander V., La Organización de La unidad econômica campesina, Ediciones Nueva Vision, Buenos Aires, 1974.

IASI, Mauro Luiz, Ensaios sobre a consciência e emancipação, Editora Expressão Popular, 2007.

SILVA, Ronaldo dos Santos, Proletário ou Camponês? Uma discussão da natureza social do pequeno produtor agrícola inserido no agronegócio brasileiro. Consultado em fevereiro de 2013, disponível em www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/articloe/viewFile/.../52

LENIN, Tarefas da Juventude na construção do Socialismo, 1920. Publicado no Caderno de Expressão Popular: As tarefas revolucionárias da juventude, Expressão Popular, 2.000.

MARX, Karl, A revolução antes da Revolução, O 18 Brumário de Luiz Bonaparte, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Marx e o Campesinato

Objetivos

O objetivo deste trabalho é reunir elementos históricos do olhar de Karl Marx à classe camponesa e verificar a influencia destes elementos nos dias de hoje, bem como, análises de outros autores a respeito do tema, como forma de atualizar a leitura segundo o método do próprio Marx.

O trabalho irá servir para conhecer mais sobre Marx, sobre o campesinato e contribuirá nos debates dentro do Movimento dos Pequenos Agricultores, organização da qual faço parte.

Justificativa

Karl Marx revolucionou o método de análise da sociedade capitalista e suas relações. Dedicado aos estudos e a crítica, dessas relações, apreendeu da teoria da época o que esta tinha de importante e soube deixar de lado o que ela tinha de insuficiente. Criou o método Materialismo Histórico Dialético, analisou a vida humana a partir das relações humanas: entre homens e entre homem e natureza. Deixou uma obra sólida e grandiosa.

Diante da grandiosidade de Karl Marx, se criou um movimento chamado Marxismo. Este movimento iniciou antes mesmo de a maioria das

obras de Karl Marx terem sido publicadas, ou seja, os criadores do marxismo não conheciam a obra de Karl Marx na sua totalidade. Isto levou a algumas distorções na análise e na finalidade do seu pensamento.

O movimento marxista acabou por se desdobrar em várias categorias, entre as quais vamos nos ater nos chamados marxistas dogmáticos. Em geral os dogmáticos transformam as análises de Marx em dogma, canonizando-as. Assim, negam o método do próprio Marx, o materialismo histórico dialético, fazendo análises a-históricas.

Estas análises a-históricas levam a leituras equivocadas da realidade. Neste artigo tentaremos demonstrar os equívocos analíticos em torno dos camponeses, provocados pela análise de Marx aos camponeses franceses por ocasião da eleição de Luiz Bonaparte no ano de 1850. Pretendemos demonstrar a relação de Marx com o campesinato durante o longo de sua vida e obra e também, através do materialismo histórico dialético, apontar elementos de atualização da análise.

O método de Marx

Método de estudo:

Marx organiza seu método de estudo em três fases: 1) Leitura seguida de transcrição de pequenos trechos e análise escrita em manuscrito daquilo que leu. 2) Formulação de análise e propostas; 3) Elaboração do material para exposição.

Marx diferencia o material e o método de análise do material e o método de exposição.

A análise parte de perguntas (pesquisa, investigação) o ponto de partida é sua ignorância sobre o tema.

A Exposição parte das respostas, é o resultado das pesquisas.

Isso diferencia claramente o que são os manuscritos de Marx (material de estudo) e as obras de Marx, material de exposição de suas idéias.

Para José Paulo Neto (2011) outro elemento importante é a diferenciação entre “aparência e essência”. A essência seria a “estrutura e a dinâmica” do objeto.

Características que diferenciam a obra de Marx das demais:

1) A análise social a partir da análise da produção das condições materiais da vida social.

2) Perspectiva da totalidade.

Assim foi construindo o Método MATERIALISMO HISTÓRICO e DIALÉTICO: **Materialismo** porque parte da realidade concreta, material, do real, que existe a matéria (seres vivos, etc.). **Histórico** porque está localizado no tempo e no espaço, porque parte das relações sociais, da produção e reprodução material da vida, seja na relação entre os seres humanos com a natureza, assim como na relação entre si; **Dialético** porque é processual, é dinâmico, por que é contraditório, portanto não é estático. As contradições movem o mundo.

Marx analisa a realidade em constante mudança a partir de uma tese e uma antítese (contradições) a partir da análise desta contradição ele constrói uma síntese, um resultado, síntese entre as duas, que é a superação da tese e da antítese conservando alguns elementos, mais superando e dando origem a uma nova tese, uma nova afirmação.

Essa nova concepção de ver o mundo vai mostrando que “não é a consciência que determina a vida das pessoas, ao contrario é a vida concreta, material que determina a consciência, as idéias, as pessoas pensam onde os pés pisam.”

“Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento (...) é o criador do real, e o real

é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrario, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado. (Neto, 2011, pag 21, apud Marx, 1968, pag. 16).

Olhar de Marx sobre o campesinato em diferentes momentos históricos e regiões

Durante sua vida, em vários momentos Marx se reportou ao campesinato. Vamos analisar alguns dos momentos que consideramos centrais: Defesa dos direitos consuetudinários na Gazeta Renana, análise do Campesinato Francês em 1851 em O 18 Brumário de Luiz Bonaparte, em A Guerra Civil na França e a análise da comuna Russa na carta a Vera Zazulich, além de textos de outros autores sobre os escritos de Marx que nos permitam um olhar sobre as interpretações do que ele escreveu.

Marx, no ano de 1842, envolvido em tarefas jornalísticas a frente da Gazeta Renana, passa a ocupar-se com problemas sociais. O Estado move um processo contra os camponeses por roubo de lenha e Marx se vê obrigado a analisar esta questão. Percebe que os camponeses sempre recolheram lenha nos bosques que eram comunais. Com o advento da propriedade privada, os camponeses seguem recolhendo lenha e o que era “natural”, passa a ser crime. Marx invoca então o direito consuetudinário¹ dos camponeses utilizarem esta lenha e escreve sobre isso na Gazeta Renana.

¹ Direito consuetudinário é “complexo de normas não escritas originárias dos usos e costumes tradicionais dum povo, direito costumeiro”. Aurélio.

Este foi o primeiro contato, a primeira relação, o primeiro olhar de Karl Marx para a classe camponesa. E foi em uma atitude de defesa.

Nos textos: As lutas de Classe na França – de 1848 a 1850, O 18 Brumário de Luiz Bonaparte e Guerra Civil na França, Marx faz análise dos conflitos da época e sobre o papel e a postura do campesinato perante a conjuntura. Aponta que a França, durante o período das guerras Napoleônicas, eliminou os seus resquícios feudais, libertou os camponeses, possibilitou o seu acesso a terra... Anos depois, a ditadura republicana dos burgueses puros retoma um período de subordinação do campesinato, aumentou a exploração sobre a classe camponesa através do aumento dos impostos.

“O Governo provisório lançou um imposto adicional de 45 centavos por franco sobre os quatro impostos diretos. A imprensa do governo fez crer ao proletariado parisiense que este imposto recaía preferencialmente sobre a grande propriedade fundiária, sobre os detentores dos bilhões concedidos pela Restauração. Na verdade porém, este imposto atingia sobretudo a classe camponesa, isto é, a grande maioria do povo Francês. Os camponeses tiveram que pagar as custas da revolução de fevereiro, neles a contra-revolução ganhou o seu material mais importante.”(MARX 2008, pag. 83,).

Vejamos que o Marx começa a buscar elementos de porque os camponeses agiram desta maneira e nos aponta o aumento da exploração pela revolução burguesa e a memória dos feitos de Napoleão Bonaparte como motivos principais, o que demonstra que apesar da crítica ao campesinato, Marx vê também razões pelas quais o campesinato elegeu a Luiz Bonaparte.

Ao analisar as lutas de classe na França demonstra que Napoleão Bonaparte havia representado os interesses e as fantasias da classe camponesa. Havia eliminado as relações feudais, libertando os camponeses e dando a estes novas condições de acesso a terra. Em outras palavras, tinha feito reforma agrária. Ao verem Luiz Napoleão Bonaparte, o Napoleão III, se lançar candidato a presidência da França no ano de 1848, os camponeses viam nele, um programa favorável a classe camponesa, por isso o apoiaram.

“Napoleão era o único homem que representara, exhaustivamente, os interesses e a fantasia da classe camponesa recém-criada em 1879. Ao inscrever o nome dele no frontispício da república, ela declarava guerra para o exterior e no interior fazia valer seus interesses de classe. Para os camponeses, Napoleão não era uma pessoa, mas um programa.” (MARX 2008pag. 109).

Algumas leituras dogmáticas do Marxismo costumam seguir vendo o campesinato como um saco de batatas, de acordo com uma passagem do próprio Marx em “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte”. Esquecem-se eles de que Marx analisava o campesinato francês naquele momento, não estava fazendo nenhuma profecia sobre a classe camponesa. Vejamos na passagem a seguir, os elementos que levaram Marx a chegar a esta conclusão, para que possamos atualizar esta análise, como marxistas. Vale lembrar que para Lenin marxismo é a “análise concreta de uma situação concreta”².

“Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situação idêntica, mas sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de levar a um intercambio mutuo. O isolamento é favorecido pelos precários meios de comunicação da França e pela pobreza dos camponeses. O seu campo de produção, a parcela, não admite no seu cultivo nenhuma divisão do trabalho, nenhuma aplicação da ciência; não admite, portanto, nenhuma multiplicidade de desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa

² Informação extraída de aula de Introdução Sistemática a Obra de Karl Marx, pelo professor Marcelo Braz, no ITERRA, Veranópolis, Rio Grande do Sul, durante o mês de outubro de 2011.

quase basta a si própria; produz imediatamente ela própria a maior parte de seu consumo e obtém os seus meios de vida (Le bens material) mais na troca com a natureza do que no intercambio com a sociedade. A parcela, o camponês e a família; e ao lado, uma parcela, um outro camponês e uma outra família. Umas quantas destas constituem uma aldeia, e umas quantas aldeias, um Departamento. Assim se forma uma grande massa da nação francesa, pela simples adição de grandezas do mesmo nome, do mesmo modo como, por exemplo, batatas em um saco formam um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas, de um modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não forma uma classe.”

Atualizando a análise sobre o campesinato

A seguir faremos um esforço de atualização da análise feita por Marx sobre os camponeses Franceses no período de 1850. Deste modo, transcrevo trechos do texto de Marx e na seqüência procuro atualizar a análise para os dias de hoje, ou seja, um comparativo entre as condições de vida e de organização do campesinato francês de 1850 e o campesinato brasileiro em 2013.

Vejamos o que diz Marx:

Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situação idêntica, mas sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de levar a um intercambio mutuo. (Marx, 2008, pag. 324)

Nos dias de hoje, as famílias camponesas vivem em comunidades, articulados através de sistemas de cooperação (troca de dias, mutirões, associações de produtores, igreja, grupos de base de movimentos sociais, associações, cooperativas, sindicatos, etc.), oportunizando intercâmbios.

Marx afirma:

O isolamento é favorecido pelos precários meios de comunicação da França e pela pobreza dos camponeses. (Marx, 2008, pag 324)

Os meios de comunicação hoje disponíveis possibilitam um melhor contato entre as famílias camponesas, entre elas e suas organizações e também com o mundo. Um exemplo é que hoje, grande parte das famílias camponesas possuem algum sistema de telefonia celular, todas as comunidades recebem sinais de rádios e boa parte delas, sinais de televisão, portanto as famílias camponesas se mantêm em contato e informadas sobre a conjuntura nacional e internacional. Segundo o IBGE, em 2006 87,9 % dos estabelecimentos rurais brasileiros tinham acesso a rádio e 93% tinham acesso a televisão.

“Ainda que o tão diversificado campesinato no Brasil seja constituído por uma maioria de camponeses pobres, estes nada lembram dos resquícios do campesinato europeu (e mesmo asiático) da transição do feudalismo para o capitalismo, seja pela mobilização política que os empurram para outras formas de consciência política e social seja pela sua articulação com outros setores populares urbanos organizados.”

(CARVALHO 2011)

Sobre a forma de produzir e sobre o campo,
Marx diz:

O seu campo de produção, a parcela, não admite no seu cultivo nenhuma divisão do trabalho, nenhuma aplicação da ciência; não admite, portanto, nenhuma multiplicidade de desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma riqueza de relações sociais.

Cada família camponesa quase basta a si própria; produz imediatamente ela própria a maior parte de seu consumo e obtém os seus meios de vida (Le bens material) mais na troca com a natureza do que no intercâmbio com a sociedade. (Marx, 2008, pag. 324)

As famílias camponesas de hoje, possuem mais relações com o mercado, seja ele, através de feiras livres, mercado formal, atravessadores, cooperativas ou através do chamado mercado institucional (PAA e PNAE). Com isso, para atender as necessidades destes mercados, as famílias camponesas gastam a maior parte do tempo com alguns cultivos ou criações, sem deixar de produzir os alimentos para o auto consumo. Por ter características artesanais, o trabalho familiar camponês exige conhecimento integral: no processo produtivo, na relação com a natureza, etc. Assim, desenvolvem

alguma divisão do trabalho, aplicam técnicas (ciência), “produzem 38% do PIB agrícola Brasileiro, 70% dos alimentos (IBGE 2006) e geram uma multiplicidade de desenvolvimento e uma diversidade de tecnologias apropriadas ao seu ambiente, algo que o Marx chamou de “talentos”.

“Até (ou principalmente) os lavradores que usam as chamadas tecnologias simples – ferramentas manuais como varas, enxadas, facões e machados – demonstram capacidade considerável de experimentação, em pequena escala e acumulação de conhecimentos, como demonstrou o estudo detalhado do antropólogo Paul Richards (1986) sobre lavradores do arroz de Serra Leoa. (BERNSTEN 2011, pag. 75).

“Com o avanço da geração de tecnologias alternativas ao padrão tecnológico dominante, como a agricultura orgânica, a permacultura, a biodinâmica e a agroecologia, se afirma com maior frequência e alcance as relações de coevolução entre o homem e natureza. Nessa perspectiva, a inovação tecnológica na unidade de produção camponesa adquiriu outras dimensões muito distintas daquelas possivelmente supostas nos

meados do século XIX. O mesmo se poderia afirmar em relação aos processos de cooperação, a criação intensiva de animais semi-estabulados, de aves em confinamento, da plasticultura, dos métodos diversificados de irrigação, etc.” (CARVALHO 2011, pag 14)

“Mesmo assim, seria difícil de se encontrar, mais ainda no Brasil contemporâneo, camponeses sem inserção nos mercados.” (Carvalho 2012, pag 23)

Segundo o IBGE 2006, cerca de 60% das máquinas são compradas por pequenos produtores.

Marx ainda comenta sobre a falta de organização e a pouca relação entre os camponeses e com o mercado:

“A parcela, o camponês e a família; e ao lado, uma parcela, um outro camponês e uma outra família. Um quantas destas constituem uma aldeia, e um quantas aldeias, um Departamento. Assim se forma uma grande massa da nação francesa, pela simples adição de grandezas do mesmo nome, do mesmo modo como, por exemplo, batatas em um saco formam um saco de batatas.”(Marx, 2008, pag. 325)

Boa parte das famílias camponesas estão articuladas através de: comunidades camponesas, associações comunitárias, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, inclusive a nível internacional, através da Via Campesina e outras redes.. Por isso é possível afirmar que nos dias de hoje existem imensamente mais vínculos entre as famílias camponeses do que existem entre as batatas em um saco.

Marx da explicações de o que e como constitui uma classe e o que não:

“Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas, de um modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não forma uma classe.”(Marx, 2008, pag. 325)

○ campesinato, por suas condições econômicas de existência (dono dos meios de

produção e força de trabalho familiar), por seu modo de vida, tem interesses antagônicos com o chamado “Agronegócio”, articulação entre os latifundiários, multinacionais e capital financeiro. Tem projeto próprio, que no MPA chamamos de “Plano Camponês” e na Via Campesina Internacional de “Soberania Alimentar”, que é o elo de articulação entre o campo e a cidade e transformam este conflito de interesses em organização e luta, fazendo com que, ao menos parte do campesinato seja, não apenas classe em si, mas toma consciência da contradição e se comporta como classe para si.

Alguns anos após Marx ter escrito O 18 Brumário de Luiz Bonaparte, em A Guerra civil na França, ele volta a olhar para o campesinato, demonstra que a comuna de Paris, diante dos impostos e custos da guerra que a revolução burguesa havia jogado nas costas dos camponeses, declara que os causadores da guerra deviam pagar a conta. Aponta para uma série de soluções para os problemas dos camponeses. Demonstra também que os camponeses começam a demonstrar aquilo que o camponês francês “quer realmente”.

Marx reconhece que:

“O camponês francês tinha eleito Luís Bonaparte presidente da República; mas o partido da ordem criou o império. Aquilo que o camponês francês quer realmente, começou

a mostra-lo em 1849 e 1850, opondo o seu meire (presidente da câmara municipal – francês) ao prefeito do governo, o seu mestre-escola ao padre do governo e opondo-se ele próprio ao gendarme do governo. Todas as leis feitas pelo partido da ordem em janeiro e fevereiro de 1850 eram medidas confessas de repressão contra o camponês. O camponês era bonapartista porque a grande revolução, com todos os benefícios que lhe trouxe, estava personificada, aos seus olhos, em Napoleão. (MARX 2008, pag 471).

Marx ainda lembra que os rurais (representantes da moderna lavoura capitalista que se expandia na França, sobre o campesinato) ansiavam em estabelecer um bloqueio a Paris, “como para fazer parar a propagação da peste bovina”, pois “sabiam que três meses de comunicação livre da Paris da comuna com as províncias levaria a um levante geral dos camponeses.”

Vejamos que Marx aponta para o método utilizado para bloquear a comunicação entre a comuna de Paris e os camponeses, bem como o medo que os “rurais” estavam de que houvesse um levante camponês. Demonstra também que os camponeses começam um processo de enfrentamento ao sistema imposto. Neste momento Marx já não está mais vendo

os camponeses como batatas em um mesmo saco, mas como uma força próxima de um levante de massas.

Vejamos em outras circunstâncias como a visão de Marx sobre o campesinato vai se alterando, o texto “trabalho assalariado e capital” de Karl Marx, foi publicado sob a forma de uma série de artigos de fundo na Nova Gazeta Renana a partir de 1849. Na Gazeta Renana Marx escreve sobre “*o declínio inevitável das classes médias burguesas, do estado burguês e do campesinato no atual sistema.*” Ao ser publicado em formato de livro, a versão atual vem sem o trecho “*e do campesinato*”. Não se sabe se esta mudança foi feita pelo próprio Marx ou se por Engels na publicação do texto em 1891, pois na introdução ao texto Engels escreve:

“Por isso previno já o leitor: esta é a brochura não como Marx escreveu em 1849, mas, aproximadamente, como ele a teria escrito em 1891. ... Minhas alterações giram em torno de um ponto. Segundo o original, o operário vende ao capitalista o seu trabalho em troca do salário; segundo o texto atual, ele vende a sua força de trabalho.” (Marx 2008, pag 19)

Como vemos Engels demonstra ter feito mudanças no texto, mas já aponta para as mudanças que realizou. Isto nos dá a entender que quem suprimiu

o trecho sobre o campesinato tenha sido o próprio Marx. Mas considerando a possibilidade de ter sido Engels quem tenha suprimido esta parte do texto ficaria a pergunta: o que o levou a fazer isso? Pois Engels afirma que devemos considerar esta *“brochura não como Marx escreveu em 1849, mas aproximadamente como ele teria escrito em 1891”*.

Ao ser questionado por Vera Zazulich sobre o campesinato e a comuna russa, Marx e Engels esboçam um *“Projeto de resposta a carta de Vera Zazulich”*, onde entre outras coisas escrevem:

“Se no momento da emancipação as comunidades rurais viessem em umas condições de propriedade normal, se logo, a imensa dívida pública, paga em sua maior parte as custas dos camponeses, ao par que outras somas enormes, concedidas por mediação do Estado (sempre as custas dos camponeses) aos [novos pilares da sociedade] convertidos em capitalistas, se todos estes gastos se empregassem em fomento posterior da comunidade rural, a ninguém ocorreria agora a idéia da [fatalidade histórica] da aniquilação da comunidade: todos reconheceriam nela o elemento da regeneração da sociedade russa e um elemento de superioridade sobre os países que sejam ainda subjugados pelo regime

capitalista.” (Marx e Engels 1881, pag 2)

Na carta escrita em resposta a Vera Zasulich, Marx escreve:

“A análise apresentada no O Capital não dá, pois, razões, nem pró nem contra da vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que dela tenho feito, e cujos materiais tenho buscado nas fontes originais, me tem convencido de que esta comuna é o ponto de apoio da regeneração social Russa,...” (Marx 1881, pag 2)

Buscando o olhar de outros autores para as análises de Marx sobre o campesinato e sobre as interpretações sobre estas análises, vejamos que Margarida Maria Moura demonstra um erro na leitura de alguns marxistas, de textos elaborados por Marx, em relação aos camponeses:

“A leitura dos textos de Marx – O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte e As lutas de classes na França de 1848 a 1850-, onde o autor se refere ao campesinato parcelar francês como o “barbarismo na civilização”, tem levado estudiosos a uma absolutização a-histórica desses termos, retirando-os da conjuntura em que foram acionados e canonizando-os com os leibús de uma classe, em aberto conflito com o método de

interpretação que dizem adotar.” (MOURA, 1988, pag 46)

E segue:

“Nada mais nada menos do que sete importantes revoluções do século XX tiveram intensa participação camponesa: a Revolução Mexicana de 1910, as revoluções russas de 1905 e 1917, a Revolução Chinesa de 1949, as lutas anticoloniais vietnamita e argelina e a Revolução Cubana de 1958. (MOURA, 1988, pag 46)

Na China, em dado momento da revolução social, também se descobriu as dimensões revolucionárias do que ocorre no campo, vejamos o que escreve Mao Tse Tung:

“É preciso retificar imediatamente todos os comentários contra o movimento camponês e corrigir, o quanto antes, as medidas erradas que as autoridades revolucionárias tomavam em relação a ele. Somente assim se pode contribuir de algum modo para o futuro da revolução, pois o atual ascenso do movimento camponês é um acontecimento grandioso. Muito em breve, centenas de milhões de camponeses, a partir das providências do Centro, do Sul e do Norte da China, vão se levantar como uma

tempestade, como um furacão de extraordinária violência, que nenhuma força, por mais poderosa, poderá deter. Vencerão todos os obstáculos e avançarão rapidamente pelo caminho da libertação. Todos os imperialismos, caudilhos militares, funcionários corruptos, tiranos locais e shenshi perversos serão sepultados.”

“Todos os partidos e grupos revolucionários, todos os camaradas revolucionários serão postos à prova perante os camponeses e terão de decidir se os aceitam ou rejeitam.” (WELCH, MALAGODE, CAVALCANTI, WANDERLEY apud Mao Tsé-Tung, 2009, pag. 141).

No Vietnã, um país agrícola, no qual a invasão estrangeira operou a revolução burguesa, o campesinato representou a força decisiva da revolução socialista. Vejamos o que escreve Ho Chi Minh:

“Para o sucesso da resistência e da reconstrução nacional, para obter efetivamente a independência e a unidade nacionais, é absolutamente necessário apoiarmo-nos no campesinato.” (WELCH, MALAGODE, CAVALCANTI, WANDERLEY, apud Ho Chi Minh, 2009, pag. 141).

Outra participação importante dos camponeses na guerra e na construção da revolução é o caso de Cuba, Raul Krauser escreve sobre o papel do campesinato neste processo, onde a produção de alimentos cumpre função central na manutenção do processo revolucionário, tendo em conta o bloqueio econômico àquele país:

“Cuba, essa pequena ilha, gigante na luta, na solidariedade, mostra para o mundo o caminho para o fim da fome, das doenças provocadas pelos agroquímicos, para o fim da destruição da natureza e da contaminação do meio ambiente. A ação do estado numa estratégia de garantir a soberania alimentar do País, assentada sobre o setor campestre, respeitando a identidade, a lógica econômica e o sistema camponês de produção, aportando novos elementos por meio de uma nova postura científica será capaz de aumentar os níveis de produção, acabando com insanidade da circulação mundial de alimentos onde muito se perde, pouco se come, e os países mais agrícolas tem os maiores índices de fome e miséria.”(KRAUSER 2011, pag 7).

Bráulio Machin, membro da Associación Nacional de Agricultores Pequeños – ANAP – Cuba, em entrevista fala sobre o campesinato cubano, seu caráter de classe e sua importância para a revolução, segundo ele *“... foram campesinos humildes os que formaram as filas do exército mambize. ... e foi a grande massa campesina que apoiou o exército rebelde na sua ofensiva final.* E segue falando da importância do campesinato para manter a revolução durante o período especial que surgiu com a queda do bloco socialista, onde se rompeu o apoio da União Soviética a Cuba, que vinha desenvolvendo uma agricultura baseada em monocultivos, insumos químicos e máquinas, dependente de produtos fornecidos desde fora do País e repentinamente teve que fazer uma grande mudança, buscando uma forma de fazer agricultura capaz de responder aos desafios daquela época. Em suas palavras:

“Durante o período especial...os campesinos foram chamados a fazer uma agricultura que seja sustentável, que responda as limitações que impõe o bloqueio, que responda as condições de limitações que impõe a crise internacional que enfrenta o país, que é econômica, que responda as limitações que impõem os fenômenos climáticos globais e só a agricultura campesina, diversificada, pouco dependente, adaptada as condições de

¹ Entrevista concedida a Raul Krauser durante intercâmbio em Cuba, cedida a este autor.

cada lugar, pode responder a esta política.”(MACHIM 2011)¹

Machim fala ainda sobre a importância do campesinato para o equilíbrio social:

“Não pode haver uma sociedade organizada, não pode haver um equilíbrio social pleno com uma população rural minguada e o fator de estabilidade social encontramos quando há estabilidade na massa camponesa. Porque aí que recordar que o campesinato é a classe social que mais perdurou ao longo das distintas formações econômico sociais da história. (MACHIN 2011, idem)

Segue falando da importância do campesinato para as expressões culturais do país: *“Em nosso país e em muitas partes do mundo, as principais expressões da cultura, da música e das artes estão na raiz camponesa.”(MACHIN 2011, ibidem)*

E conclui falando da sensibilidade camponesa para problemas seus e alheios e do seu caráter revolucionário em qualquer tempo, que o campesinato cubano sempre esteve ao lado das causas mais justas e ao lado do progresso social:

“Encontramos no campesinato uma alta sensibilidade a problemas seus e alheios,

quando nos informamos e tomamos consciência e conhecimento sobre isso, que põe o campesinato como uma classe revolucionária em qualquer tempo, e no caso de Cuba, repito, o campesinato esteve sempre ao lado das causas mais justas, ao lado do progresso social e esta teoria de que o campesinato é conservador, é retrogrado, é egoísta, em Cuba lhes posso dizer com toda a segurança que não cabe e acredito que seja uma expressão da natureza mesmo do campesinato.”(MACHIN 2011, ibidem)

Horácio Martins de Carvalho nos traz elementos sobre o campesinato ser um modo de produção diferente, contraditório ao modo de produção capitalista ...

“Entretanto, como o campesinato na sua práxis social estabelece uma relação contraditória com o modo de produção capitalista, portanto, diferentes modos de produção em contradição no âmbito da formação econômica e social brasileira, as tentativas de opressão e de desagregação por parte da burguesia com relação ao campesinato tem como desenlace lutas sociais de classe: burguesia contra campesinato.

Nesse contexto de contradições sociais

irreversíveis a luta social do campesinato contra a burguesia faz com que o campesinato se comporte politicamente como classe social. Nesta perspectiva não haveria conciliação possível entre o modo de produção capitalista e o modo de produção e de viver camponês. "(CARVALHO 2011, pag 3) ²

E continua...

"A principal contradição de classes sociais no Brasil é a do proletariado com a burguesia no âmbito das relações sociais de produção capitalista. No entanto, nas condições objetivas e subjetivas da formação econômica e social brasileira contemporânea, o campesinato como classe social em contradição com as mais distintas frações da burguesia nacional e transnacional passa a apresentar elevada relevância, seja na disputa pela terra e pelos recursos naturais que esta suporta, seja pelas evidências concretas de que a grande empresa capitalista agrícola é nociva não apenas ambiental, como econômica, social e culturalmente."

² Texto enviado por email pelo autor.

(CARVALHO 2011, pag 3, idem)

Fala também da presença do campesinato nas formações econômicas dominadas pelo modo capitalista:

“Apesar de uma história de desprezos e discriminação social, e um aparente afrouxamento e ruptura dos laços com a terra, os camponeses estão fortemente presentes em todas as formações econômicas e sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. E permaneceram como camponeses na maior parte das experiências de cooperativização e coletivização nos países onde se implantou práticas socialistas de produção na agricultura.” (CARVALHO 2011, pag 5, ibídem)

Horácio nos demonstra ainda, que ao contrário do que se tenta caracterizar, o campesinato não é passivo, acomodado, pelo contrario, vive historicamente resistindo a conflitos, a exploração e opressão:

“Os camponeses, em todos os tempos e nos mais distintos contextos econômicos e sociais, sempre resistiram socialmente à exploração e às mais distintas formas de opressão. Revoltas camponesas, participação

relevante em revoluções sociais, resistência social localizada de grupos de camponeses, de famílias isoladas respondendo ao ultraje da violação de seus espaços de produção e de viver e de seus saberes, tem sido uma prática social constante, poderíamos dizer desde sempre, na história das histórias camponesas. Mas é na formação econômica e social sob a dominação do modo de produção capitalista que o camponês está seriamente ameaçado de desagregação social e de desaparecimento.” (CARVALHO 2011, pag 6, ibídem)

Demonstra ainda que o campesinato brasileiro defende um projeto de superação ao modo de produção imposto:

“A resistência social camponesa contra as mais distintas formas de opressão não significa apenas que eles desejam permanecer como produtores rurais familiares, o que já é de elevado significado. Mais do que isso, os camponeses no Brasil buscam construir, via as suas instituições de mediação de interesses e os apoios modestos de políticas públicas, um projeto para a agricultura brasileira que supere aquele implantado pela dominação-hegemonia do modo de produção capitalista.

Não há dúvida que os valores

hegemônicos no mundo capitalista estão sendo veementemente contestados e que a suposta desagregação do campesinato vem sendo negada por todos aqueles que sugerem um outro paradigma civilizatório para a vida humana.

Nesse contexto histórico mundial, os camponeses não somente afirmam o seu modo de produzir e de viver como distinto daquele modo de produção imposto pela dominação-hegemonia capitalista, como sugerem no cotidiano da sua reprodução social que outro processo civilizatório é necessário para que a relação homem-natureza seja redefinida.” (CARVALHO 2011, pag 6, ibídem).

A classe camponesa no Brasil viveu historicamente uma relação de hostilidade com a classe dominante:

“A formação do campesinato no Brasil se realizou historicamente numa relação de contradição e de subalternidade com o latifúndio da sesmaria, com as empresas mercantis e, depois, capitalistas. Não houve e nem tem havido trégua econômica, política ou social em qualquer momento da história brasileira para que o campesinato se consolidasse e pudesse manter sua reprodução social sem hostilidades por parte das classes

dominantes. "(CARVALHO 2011, pag 6, ibidem)

Com o advento da revolução verde no Brasil, através de diversos métodos como: a propaganda, a assistência técnica, a pesquisa, o crédito, a contaminação, etc, muitas famílias camponesas buscaram formas de ingressar no modo de produção capitalista. Isso causou o empobrecimento e a dependência de muitas famílias. Causou êxodo rural entre outros problemas. Mas nos últimos períodos vem crescendo o nível de consciência da nocividade desta relação direta com o capital:

"Porém, é crescente a consciência política camponesa e a compreensão das conseqüências negativas da sua articulação com o capital. E, ao contrário, tendem a superar essa dependência pela construção gradual da sua autonomia relativa perante o capital." (CARVALHO 2011, pag 10, ibidem)

Conclusões

O Marx viveu em um tempo e um espaço que lhe permitiu fazer uma determinada leitura, onde o campesinato estava saindo do período feudal, as forças produtivas no campo estavam pouco desenvolvidas, por sua vez, o proletariado era muito pequeno, era recém expulso do campo, tinha princípios e valores camponeses, viviam na mesma comunidade e trabalhava na mesma fábrica, por isso havia uma solidariedade operária. O capital mudou isso, o proletariado de hoje nasceu e foi criado na cidade, nasceu e cresceu em um mundo de competição, vive em comunidades diferentes e disputam espaços no trabalho, um percentual enorme vive de trabalho informal, conformando uma realidade distinta daquela em que viveu Marx.

Também vale ressaltar que Marx via o avanço da indústria, a crescente massa operária, o nível de exploração que esta sofria e em consequência um processo de proletarização camponesa, um processo de êxodo rural, uma destruição da identidade e da cultura camponesas.

Segundo Henry Bernstein, *"...com o passar do tempo, Marx mudou algumas de suas idéias"*, confirmando que o central é apreendermos o método de análise e não o resultado das análises de Marx. Algumas leituras dogmáticas, descontextualizadas e

incompletas, vêm canonizando leituras de Marx sobre o campesinato, induzindo a conclusões equivocadas. Como podemos perceber a história foi demonstrando a importância da participação camponesa nos processos revolucionários tanto no período de guerra, quanto na manutenção das revoluções.

A visão de um campesinato desorganizado, desestruturado, atrasado, pacífico, reacionário, ... é uma visão equivocada, tendo em vista que utiliza tecnologia, tem projeto próprio, tem organização, luta na resistência e no enfrentamento a classe oposta e apresenta resultados contundentes na produção, sendo fundamental para a alimentação da população brasileira e mundial.

Elementos do modo de ser, de viver e de produzir camponeses, podem ser embriões do desenvolvimento da nova sociedade. O modo de ser, de viver e de produzir dos camponeses, apesar de ser um modo pré capitalista, nos dá elementos para a sociedade pós capitalista, o próprio Marx via na comuna Rural Russa estes elementos.

Bibliografia

BERNSTEIN, Henry, Dinâmicas de classes da mudança agrária, editora UNESP, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de, Artigo: O campesinato como modo de produção e como classe social, 2012. Texto repassado por email pelo autor.

WELCH, Cliford A., MALAGODI, Edgard, CAVALCANTI, Josefa S. B, WANDERLEY, Maria de Nazaréth B., História Social do Campesinato, Clássicos Brasileiros, Editora UNESP, 2009.

MACHIN, Bráulio, entrevista concedida a Raul Ristow Krauser durante visita a Cuba em 2011.

MARX Karl, A Revolução antes da revolução, A guerra Civil na França, expressão popular, 2008.

MARX Karl, A Revolução antes da revolução, As lutas de Classe na França – de 1848 a 1850, expressão popular, 2008.

MARX Karl, A Revolução antes da revolução, O 18 Brumário de Luiz Bonaparte, expressão popular, 2008.

MARX Karl, carta a Vera Zasulich, escrita em 8 de março de 1881., consultada em setembro de 2012, disponível em <http://lahaine.org/amauta/b2-img/marxzasulichcartas.pdf>

MARX Karl e ENGELS Frederich, Projeto de resposta a carta de Vera Zazulich, escrita entre fevereiro e março de 1881, consultada em setembro de 2012,

disponível em

http://pt.wikisource.org/wiki/Projeto_de_resposta_a_carta_de_V._I._Zasulich

MARX Karl, Miséria da Filosofia, Resposta à Filosofia da miséria , do Sr. Proudhon, primeira edição, Expressão Popular, 2009.

MARX Karl, Trabalho assalariado e Capital & Salário Preço e Lucro, Expressão Popular, 2008.

MOURA, Margarida Maria, CAMPONESES, segunda edição, editora ática, 1988.

NETO, José Paulo, Introdução ao estudo do método de Marx, Editora Expressão Popular, 2011.

KRAUSER, Raul Ristow, Agroecologia e Campesinato em Revolução, 2011, consultado em janeiro de 2012, disponível em

<http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/agroecologia-e-campesinato-em-revolucao>

SOUZA, Roseli Maria de, artigo: **Principais características da concepção materialista da história, o método em Marx, 2011.**

Valter Israel da Silva é filho de camponeses. Técnico em Agropecuária, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Trabalhou como técnico nas Prefeituras Municipais de Sobradinho e Lagoa Bonita do Sul – RS e em equipes técnicas ligadas ao MPA.

Contribuiu na organização do MPA no Nordeste brasileiro por dois anos e no estado do Paraná por seis anos, por dois anos e meio na Secretaria Nacional do MPA em Brasília junto com sua esposa Ivanira. Hoje ambos vivem e atuam no estado do Paraná.

Valter tem se caracterizado no Movimento dos Pequenos Agricultores como um prático que estuda e um estudioso que pratica. Mas antes de tudo é um camponês que luta e que não aceita trocar suas origens e compromisso por algum modismo de plantão. E é disto que o campesinato precisa nestes tempos difíceis ainda da resistência, mas quando já se ensaiam sinais de que as crises múltiplas que hoje afetam as sociedades humanas, de modo especial as crises alimentar, ecológica e energética, não terão solução satisfatória sem o protagonismo camponês com sua forma de viver, conviver, produzir, industrializar e consumir.

Neste trabalho Valter aprofunda temas fundamentais para a existência e a luta do campesinato brasileiro, com linguagem e formato não acadêmico, mas de grande valor estratégico e com elementos importantes para superar preconceitos e abordagens superficiais.

É assim que ele adentra ao estudo do campesinato enquanto classe social e às abordagens de Marx sobre o campesinato.

Nada mais a dizer do que: merece ser lido e estudado, principalmente por quem acredita na luta camponesa e no papel histórico do campesinato para os processos de transformação social e construção do socialismo.

Frei Sérgio Antônio Görden

*Membro da direção nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores
Agosto 2013.*

L@s campesino@s “sorprendieron a los intelectuales de izquierda al protagonizar los procesos revolucionarios del “mundo subdesarrollado”, luego en la ofensiva neoliberal mientras las organizaciones obreras sufrían un reflujo, el campesinado logró articularse para la resistencia global en la Vía Campesina, ¿que significa ser campesin@s? ¿cual es nuestro aporte al proyecto popular? ¿cual es la memoria histórica? Valter logra una síntesis muy didáctica, que parte desde la experiencia del MPA y enriquece con postulados clásicos y contemporáneos. Una gran contribución para estos debates.

*Diego Monton – Dirigente do MNCI – Argentina
Coordenador da Oficina da Cloc*

